

Anexo 4. Quadro dos resumos dos textos funcionais

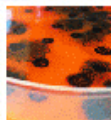
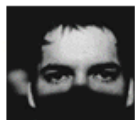
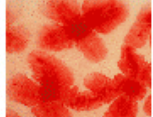
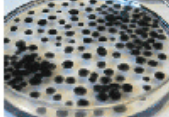
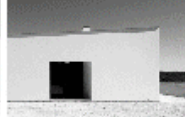
Infra-estrutura geral dos textos Resumos - COMUNICADOS		
Entidade	Título/Assunto	Teor
Universidade do Porto	Seminário “como desenhar e defender a sua tese de doutoramento”	Informação sobre Seminário, com a duração de uma manhã, organizado pela reitoria [serviço de cultura, desporto e lazer], a ser ministrado por um reputado especialista português em gestão estratégica de investigação. Trata-se de desenvolver competências/instrumentos que permitam delinear e gerir um projeto de investigação bem como de preparar a defesa da respetiva tese, em qualquer domínio
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	atrevESHTE?	Informação sobre a criação, em 2012/2013, de um Consórcio Erasmus com a finalidade de proporcionar oferta, qualitativa e quantitativa, de estágios profissionais Erasmus a estudantes dos diferentes ciclos do ensino superior, prioritariamente aos das instituições portuguesas participantes, que lhes permita enriquecer o seu trajeto académico e profissional, facilitando a sua adaptação e integração em mercados de trabalho diversificados, num cruzamento de diferentes áreas de estudo com o Turismo
Direção-Geral das Artes	Apoio da DGARTES à Escola da Noite	Esclarecimento sobre notícia difundida na comunicação social quanto a alegado corte no financiamento à Escola da Noite [companhia de teatro de Coimbra], no âmbito do concurso para atribuição de apoios bianuais da DGARTES para o biénio 2011-2012
Direção Regional de Cultura do Algarve	Concerto do Trio <i>Obbligato</i>	Informação sobre concerto de música de câmara realizado, em julho 2011, no concelho de Vila do Bispo, ao abrigo do protocolo com a Academia de Música de Lagos
Procuradoria-Geral da República	Caso do falecimento de bebé em creche de Camarate, Loures. Ausência de nexo causal entre a vacinação e a morte	Informação do gabinete de imprensa sobre os resultados de exames e perícias efetuadas, no âmbito de inquérito crime instaurado pelo Ministério Público, ao cadáver de uma criança de 5 meses, que demonstrou a inexistência de uma relação causa-efeito entre a morte do bebé e a tomada de duas vacinas, Rota Teq e Prevenar 13 [uma para a prevenção de gastroenterites em lactentes e outra, nova, que cobre numerosos serótipos de doenças graves, como a meningite, septicémia, etc.]
Entidade	Título/Assunto	Teor
Ordem dos Advogados	Dia do Advogado	O bastonário informa que a celebração dos 20 anos do dia nacional do advogado ocorrerá na sede da Ordem, durante 4 dias, com diversas iniciativas, exortando os advogados a participarem nas comemorações, as quais carecem de inscrição prévia

Anexo 4. Quadro dos resumos dos textos funcionais

Infra-estrutura geral dos textos		
Resumos - COMUNICADOS		
Provedor de Justiça	Provedor adverte Câmara de Braga sobre excesso de ruído durante as festas do 'enterro da gata'	O gabinete do provedor informa que na sequência da receção de queixas contra o excesso de ruído durante os festejos académicos na cidade, o Provedor chamou a atenção do Presidente da Câmara Municipal para a necessidade de um maior e efetivo controlo da tranquilidade e segurança públicas, consagradas em legislação vigente, e aponta para as responsabilidades das autoridades quando licenciam recintos para este efeito
Comissão Nacional de Proteção de Dados	Dia Europeu da Proteção de Dados	Informação sobre a comemoração da 6ª edição do Dia da Privacidade, como é conhecido mundialmente. Neste âmbito, são apresentadas duas iniciativas: um concurso com questões sobre práticas e conhecimentos visando a salvaguarda de dados individuais e um prémio para galardoar trabalhos de investigação sobre protecção de informação pessoal. Realça-se a importância desta iniciativa no contexto atual da revisão da Diretiva Europeia de proteção de dados.
Mediador do Crédito	Comunicado de publicitação do Relatório de Atividades de 2011 do Mediador do Crédito	Informação sobre a divulgação pública do relatório de actividades de 2011 em que se apresenta uma síntese das atividades desenvolvidas por esta entidade assim como das competências que lhe estão atribuídas, aludindo-se, igualmente, aos níveis de solicitação e à taxa de sucesso das mediações

Anexo 4. Quadro dos resumos dos textos funcionais

Infra-estrutura geral dos textos Resumos - DESPACHOS		
Entidade	Título/Assunto	Teor
Universidade do Porto	Despacho nº GR.HC.01/10/2012 Concessão do título “Doutor Honoris Causa” ao Professor Alim-Louis Banabid da Universidade de Grenoble - France	O reitor concede ao Professor Alim-Louis Banabid da Universidade de Grenoble o título de “Doutor Honoris Causa”, no cumprimento das condições institucionalmente regulamentadas para o efeito
Instituto Politécnico do Porto	Despacho IPP/P-071/2012 Aprovação de propostas de novos ciclos de estudos para o ano letivo 2013/2014	A presidente do IPP aprova a criação de novos ciclos de estudos, com prévia submissão à acreditação pela A3ES
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Despacho nº 72/PRES/ESHTe/2012 Concurso PoliEmpreende 2012 - nomeação do júri representante da ESHTe	O presidente designa um docente como membro do júri que representa a ESHTe no concurso PoliEmpreende 2012 [concurso de ideias e de planos de negócios que envolve os Politécnicos]
Direção-Geral das Artes	Despacho nº 22/GD/2010 Constituição de Comissão Paritária – SIADAP 3	O Diretor-Geral determina os procedimentos a adotar para a eleição dos vogais que irão integrar a comissão paritária a instituir para a avaliação do desempenho dos trabalhadores [SIADAP 3]
Procuradoria-Geral da República	Despacho – Delegação de competências – Sistema de Alerta Rapto de Menores	A procuradora-geral da República confere a duas magistradas todos os poderes que lhe estavam atribuídos no âmbito da legislação que criou o ‘sistema de alerta de rapto de menores’ e valida as ações realizadas à data da entrada em vigor do despacho.
Ordem dos Advogados	Despacho do Bastonário: exame de aferição	O Bastonário esclarece os advogados estagiários de que deverão proceder ao pagamento dos emolumentos referentes aos exames de aferição [para aceder à 2ª fase do estágio na OA] antes da sua realização



- DGARTES
- APOIO ÀS ARTES
- AÇÕES NACIONAIS
- AÇÕES INTERNACIONAIS
- LIVRARIA ONLINE
- IMPrensa
- NEWSLETTER
- LINKS ÚTEIS
- CONTACTOS

Homepage > **IMPrensa**

[voltar](#) | [imprimir](#)

IMPrensa |

[| ASSESSORIA DE IMPrensa |](#)

CONTACTOS

E-mail: moliveira@dgartes.pt

[| COMUNICADOS DE IMPrensa |](#)

COMUNICADO / ESCLARECIMENTO SOBRE O APOIO DA DGARTES À ESCOLA DA NOITE
01-04-2011

Na sequência da publicação de notícias onde se refere um corte de 37% por cento no financiamento da Escola da Noite, a Direção Geral das Artes esclarece:

Que a Escola da Noite concorreu ao concurso público lançado para os Apoios Binauais, tendo sido atribuído o montante 200.083,33 Euros para 2011 e igual montante para 2012, totalizando assim 400.166,66 Euros. Deste modo, o montante atribuído resulta da apreciação de uma candidatura nova, feita pela Escola da Noite, e aprovada no âmbito de um concurso novo, não existindo por conseguinte nenhum corte. Os montantes atribuídos às estruturas concorrentes, resultam de decisões do júri independente, não havendo qualquer interferência da Direção Geral das Artes ou do Ministério da Cultura. Posto isto, solicita a Direção-Geral das Artes que seja corrigida a notícia veiculada pela Comunicação Social, já que as declarações da Escola da Noite distorcem os factos e induzem em erro.

O quadro com todos os apoios concedidos e resultantes dos novos concursos para apoios anuais 2011 e para apoios binauais 2011/2012 pode ser consultado [aqui](#).

AGENDA ONLINE

◀ Setembro ▶

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

PESQUISA

Seções

DESTAQUES

- Livro "Rostos com Futuro" de Alexandre Neves, David Francisco e João Gonçalves
- Apoios à Internacionalização 2012 - Listagem de entidades apoiadas

Concerto do *Trio Obbligato*

No âmbito do protocolo de colaboração estabelecido entre a Direção Regional de Cultura do Algarve e a Academia de Música de Lagos realizou-se, no dia 24 de Julho, pelas 17h30, na Ermida de N^a Sra de Guadalupe, o concerto do *Trio Obbligato* com as actuações de Bruna Melia (violoncelo), Francisco Rocha (oboé) e William Mastroni (flauta transversal). O repertório musical contemplou peças de A. Vivaldi e J.S. Bach, entre outros





(European Institute of Advanced Studies in Management – Eden Doctoral Seminar on Doctoral Dissertation Writing 2010)

SEMINÁRIO “COMO DESENHAR E DEFENDER A SUA TESE DE DOUTORAMENTO”

A Reitoria da Universidade do Porto e a Idea Puzzle organizam o seminário “Como desenhar e defender a sua tese de doutoramento”. Este seminário, dirigido pelo Professor Doutor Ricardo Morais, decorrerá na sala de formações da Reitoria da Universidade do Porto, no dia 13 de Outubro, das 10h às 13h. Em 123 edições do seminário, em 9 países, inscreveram-se 1941 participantes de todas as áreas de conhecimento.

Inscrições

39 Euros por pessoa, incluindo um ano de acesso gratuito ao software online Idea Puzzle® (www.ideapuzzle.com), um ebook, processador de texto e gestor de ficheiros que o ajuda a criar e a gerir desenhos de investigação. Descarregue a ficha de inscrição do endereço <http://docs.com/LB6V> ou contate info@ideapuzzle.com.

Introdução

Estudos recentes na Austrália, no Canadá, no Reino Unido, nos Estados Unidos e na Índia demonstram que cerca de 50% dos estudantes não consegue concluir o seu doutoramento. Nós acreditamos que estas baixas taxas de conclusão do doutoramento estão associadas à forma como se gere um projeto de doutoramento. Em geral, o projeto de doutoramento é gerido como uma sequência de tarefas tais como a revisão de literatura, a recolha de dados e a análise de dados. O problema é que os estudantes de doutoramento não estão necessariamente familiarizados com as decisões implícitas nestas tarefas. A tarefa revisão de literatura, por exemplo, requer a decisão que literatura rever, com base em determinados critérios. Se os estudantes de doutoramento não estiveram familiarizados com tais decisões e os respetivos critérios, como podem desenhar a sua investigação de doutoramento? A Idea Puzzle criou, por isso, um sistema de 21 decisões que ajuda estudantes de doutoramento em todo o mundo, a desenhar e a defender a sua investigação de doutoramento. As 21 decisões são baseadas na entrada 'scientific method' da Sage Encyclopedia of Case Study Research ([Morais 2010](#)) e integram teoria, dados, método, retórica e autoria. O resultado é um desenho de investigação mais enfocado que reduz a incerteza do seu doutoramento.

Destinatários

Estudantes de doutoramento e de mestrado, professores e investigadores em qualquer área de conhecimento.

Resultados

Depois do seminário, os participantes serão capazes de desenhar e defender um projeto de investigação em qualquer área de conhecimento. Estes resultados constituem um investimento em competências de investigação vitalícias.

Temas

1. Investigação como um sistema de 21 decisões
2. Decisões teóricas da sua investigação
3. Decisões empíricas da sua investigação
4. Decisões metodológicas da sua investigação
5. Decisões retóricas da sua investigação
6. Decisões autorais da sua investigação
7. Aplicação à investigação dos participantes

Especialista

[Ricardo Morais](#) é Professor de Gestão e Estratégia na Universidade Católica Portuguesa, investigador no Centro de Estudos em Gestão e Economia, e docente metodológico no Instituto Europeu de Estudos Avançados em Gestão, Bélgica. É doutorado em Gestão Estratégica pela Universidade de Jyväskylä, Finlândia, e licenciado em Gestão pela Universidade do Porto. É especializado em gestão estratégica de investigação e de internacionalização. Desde 2002, lecionou estes temas a mais de 3000 estudantes em 9 países. Com dezenas de comunicações em conferências e seminários internacionais, é autor artigos científicos e capítulos editados pela Elsevier (USA), Emerald (UK), Edward Elgar (UK) e Sage Publications (USA). Especialmente relacionados com o tema deste seminário são as suas publicações sobre 'método científico' (Sage Publications), 'realismo crítico' (Edward Elgar), e 'paradoxo doutoral' (Emerald).

Publicações recentes

Morais, R. (2012) Idea Puzzle framework: a simple way to plan and review research. In Noronha, M. (ed.) *Innovation for Sustainability*, forthcoming.

Morais, R. (2012) Wisdom, trust, and time. In Shailendra, R. (ed.) *Ethics, Entrepreneur, and Enterprise*, Sage publications, forthcoming.

Morais, R. (2011) Critical realism and case studies in international business research. In Piekkari, R. & Welch, C. (eds.) *Rethinking the Case Study Approach in International Business Research*, Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, pp. 63-84.

Morais, R. (2010) Scientific method. In Mills, A., Durepos, G. & Wiebe, E. (eds.) *Encyclopedia of Case Study Research*, Thousand Oaks, California: Sage Publications, Vol. 2, pp. 840-842.

Morais, R., Martins, C., & Kansikas, J. (2009) Analysis of research ideas: combining metaphors for research. *Proceedings of the International Society for Professional Innovation Management 2009 Conference*, 21-24 June, Vienna, Austria.

Madureira, R. (2008) The role of business schools in the doctoral paradox. *European Business Review*, Vol. 20, Iss. 2, pp. 98-111.

Seminários recentes

Addict - Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas

Adi - Agência de Inovação

Alvar Aalto University

Associação Comercial do Porto - Câmara de Comércio e Indústria do Porto

Anje - Associação Nacional de Jovens Empresários

EDP Inovação

EIASM - European Institute for Advanced Studies in Management

Escola Superior Artística do Porto

Escola Superior de Saúde de Viana do Castelo

Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto

Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar

Escola Superior Gallaecia

Escola Superior Náutica Infante D. Henrique

Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto

Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Finnish Graduate School of Applied Bioscience

Haaga-Helia University of Applied Sciences

Idea Puzzle

Instituto de Estudos Superiores de Fafe

Instituto Piaget

Instituto Politécnico da Guarda

Instituto Politécnico de Leiria

Instituto Politécnico de Lisboa

Instituto Português de Administração de Marketing

Instituto Português de Telecomunicações

Instituto Superior de Economia e Gestão

Instituto Superior de Engenharia do Porto

International Society for Professional Innovation Management

ISM University of Management and Economics
Reitoria da Universidade do Porto
Stockholm Royal Institute of Technology
Stockholm School of Economics
Stockholm School of Entrepreneurship
Swedish School of Economics
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia
UCLA - University of California, Los Angeles
Universidade Aberta
Universidade Autónoma de Lisboa
Universidade Católica de Brasília
Universidade Católica Portuguesa
Universidade da Beira Interior
Universidade de Aveiro
Universidade de Coruña
Universidade do Algarve
Universidade do Minho
Universidade Fernando Pessoa
Universidade Lusíada
Universidade Portucalense
Universidade Técnica de Lisboa
University of Jyväskylä
University of Lancaster
University of Tampere
University of Uppsala

GABINETE DE ESTÁGIOS

- Turismo
- Hotelaria e Restauração
- Regulamentos
- Estágios Profissionais Erasmus

APRESENTAÇÃO

Foi recentemente aprovada a criação do AETC – Atlantic Erasmus Training Consortium. Trata-se de um Consórcio Erasmus, ou seja, um conjunto de instituições de ensino superior com Carta Universitária Erasmus Alargada e de outras organizações (empresas, associações, câmaras de comércio, câmaras municipais, fundações, museus, etc.) que trabalham em conjunto para promover a oferta, quantitativa e qualitativa, de Estágios Profissionais Erasmus (SMP) a estudantes que estejam a frequentar o ensino superior (1.º, 2.º e 3.º ciclos). O AETC é composto pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTe), pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (entidade coordenadora) e pela Universidade do Algarve.

A intenção do Consórcio é a de proporcionar aos seus estudantes uma experiência de internacionalização reconhecida academicamente, que lhes permita enriquecer o seu percurso académico e profissional, facilitando a sua adaptação e integração em mercados de trabalho diversificados, sendo o grupo-alvo o universo de estudantes das instituições de ensino superior participantes (que frequentem cursos de licenciatura, mestrado ou doutoramento).

A estratégia passa pela valorização dos seguintes setores do mercado de trabalho: as indústrias culturais entendidas segundo a definição do Green Paper-Unlocking the potential of cultural and creative industries da Comissão Europeia (setores tradicionais das artes do espetáculo, das artes visuais e do património cultural, incluindo o cinema, DVD, filme, televisão, rádio, música, livros, imprensa), bem como a hotelaria aplicada, as companhias de aviação, as agências de viagens, os operadores turísticos, os parques temáticos e os museus. O objetivo é articular estes setores com as áreas de estudo das Ciências da Comunicação, das Línguas Estrangeiras Aplicadas e das Culturas Estrangeiras, procurando estabelecer a ligação entre estas e o Turismo, fator, por excelência, de multiculturalidade.

O lançamento oficial do AETC ocorrerá no início do ano letivo 2012/2013.

Para saber mais, consulte o site da PROALV – Agência Nacional para a Gestão do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida e/ou aceda ao link para os sites das restantes Agências Nacionais dos países participantes no Programa Aprendizagem ao Longo da Vida, onde encontrará informação sobre entidades europeias parceiras de outros consórcios onde poderá efetuar o seu estágio:

Faça-nos chegar as suas questões para consorcio.erasmus@eshte.pt.

Para mais informações e candidaturas:

Contatos ESHTe:

Dr.ª Lara Ramalinho | e-mail: consorcio.erasmus@eshte.pt

Telefone | +351 210 040 730

Fax | +351 210 040 719

Dr. Telmo Dinis | e-mail: consorcio.erasmus@eshte.pt

Telefone | +351 210 040 726

Fax | +351 210 040 719

[Voltar]



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

[Página Inicial](#) [História](#) [CSMP](#) [DCIAP](#) [GDDC](#) [NAT](#) [SATA](#) [PGD's](#) [MDE](#) [Fenix](#) [SIMP](#) [Corrupção: Denuncie aqui](#)

- aa | + AA

O Procurador-Geral da República
O Gabinete
Agenda
Comunicados de Imprensa
Despachos
Protocolos
Intervenções

COMUNICADOS DE IMPRENSA

C5

[2011](#) | [2010](#) | [2009](#) | [2008](#) | [2007](#) | [2006](#) | [2005](#) | [Outros](#)

Nota n.º2/2012

Caso do falecimento de bebé em creche de Camarate, Loures. Ausência de nexo causal entre a vacinação e a morte

Em face das várias questões suscitadas pela Comunicação Social sobre o falecimento de uma criança de 5 meses, ocorrida numa creche em Camarate, Loures, no dia 19 de Março, o Ministério Público (MP), ao abrigo do disposto no n.º 13 do artigo 86.º do Código de Processo Penal, informa que:

- Foi instaurado e está pendente nos serviços do MP da comarca de Loures o inquérito crime n.º 1397/12.5TALSB, cujo objecto é o esclarecimento das circunstâncias do referido falecimento;
- No âmbito do inquérito, o MP determinou a realização de autópsia médico-legal ao cadáver da criança, que se realizou na Delegação de Lisboa do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P., em 21 de Março;
- Na sequência da autópsia médico-legal, foram realizados diversos exames complementares de diagnóstico, com recurso a especialistas nacionais e estrangeiros, para determinação da causa de morte;
- Esse conjunto de intervenções periciais determinou a ausência de nexo causal entre a morte da criança e a vacinação que lhe fora administrada, designadamente, a vacinação com Rota Teq e Prevenar 13;
- Assim, perante a informação médico-legal obtida no inquérito, esclarece-se que não existiu, nem existe, qualquer relação entre aquelas duas vacinas e o falecimento da criança.

Lisboa, 18 de Abril de 2012

O Gabinete de Imprensa

Ana Lima



ORDEM DOS
ADVOGADOS

Pesquisar em: Todas as áreas do portal

INÍCIO | CONTACTOS | SUGESTÕES | MAPA DO SITE | ÁREA RESERVADA

AO SERVIÇO DA ADVOCACIA

CONSELHOS DISTRITAIS | SITES DAS DELEGAÇÕES | COMISSÕES E INSTITUTOS

A ORDEM | PARA O ADVOGADO | REGRAS PROFISSIONAIS | PUBLICAÇÕES | PARECERES E EDITAIS | AGENDA

ACESSOS RÁPIDOS

- Pesquisa de advogados
- Links
- Directório da Justiça
- Suporte Informático
- CPAS
- Organization Profile
- Arquivo

Agenda
2012

Agenda!



Início > Arquivo > Mensagens do Bastonário

MENSAGENS DO BASTONÁRIO

08-05-2012

Mensagem do Bastonário - Dia do Advogado 2012

Dia do Advogado

Caro (a) Colega,
O Conselho Geral, tendo em conta que este ano se celebram vinte anos sobre a data em que foi comemorado o I Dia Nacional do Advogado, entendeu que a celebração do XX Dia Nacional do Advogado deveria decorrer na Sede da Ordem, na casa de todos advogados Portugueses.

Assim, as comemorações irão decorrer no Largo S. Domingos, na cidade de Lisboa de 16 a 19 de Maio.

Nos dias 16 a 17 de Maio terá lugar na sede da Ordem dos Advogados, uma Feira do Livro que contará com a participação de editoras jurídicas e na qual serão praticados descontos especiais para os Advogados. Nos dias 17 a 19 de Maio, no mesmo local, realizar-se-á uma exposição de jóias da Advogada Ema Seca.

No dia 17 de Maio, pelas 17H30, decorrerá a Conferência sob o tema «A Ordem no Largo de São Domingos», em que serão oradores os advogados António Soares de Oliveira e João Palmeiro.

No dia 18 de Maio, pelas 10H00, no Salão Nobre, realizar-se-á uma Conferência/Debate sob o título «As leis Laborais - O Novo Código de Trabalho», na qual serão oradores os advogados Fausto Leite, Luís Miguel Monteiro e o Prof. Monteiro Fernandes. No mesmo dia, pelas 15H00, o visitarei o Liceu Camões, para uma conversa com os alunos sobre o que é ser Advogado e o nosso papel na sociedade.

No dia de 19 de Maio, Dia Santo Ivo, pelas 11H00, na Igreja de S. Domingos será celebrada Missa de Sufrágio em memória dos advogados falecidos.

Na sede da Ordem, pelas 15H00, decorrerá a Sessão Solene de Comemoração do Dia do Advogado que contará com um *ensemble* de violas de crianças entre os 3 a 12 anos da Orquestra Metropolitana de Lisboa. Seguir-se-á uma conferência em que será orador D. Manuel Clemente, Bispo do Porto, sob o tema «A Justiça dos Homens e a Justiça de Deus». Serão atribuídas as medalhas aos Advogados que completam 50 anos de inscrição, bem como será atribuída, a título póstumo, a Medalha de Honra da Ordem dos Advogados ao Dr. Luiz Francisco Rebello. A cerimónia encerrará com a apresentação das "imagens da justiça" enviadas pelos colegas.

Chamo a atenção para a necessidade de os Colegas se inscreverem atempadamente (até ao dia 11 de Maio) para as diversas iniciativas em ordem a uma boa organização das mesmas.

Conto com a participação de todos os Colegas, porque estas comemorações são de todos os Advogados.

Com as cordiais saudações
O colega ao dispor

A Marinho e Pinto,
Bastonário

Lisboa, 8 de Maio de 2012

C6

BIBLIO-
TECA
DA ORDEM
DOS
ADVOGADOS

SAIBA MAIS

CONSELHO
SUPERIOR

SAIBA MAIS

INSTITUTO
DO ACESSO
AO DIREITO

SAIBA MAIS

BOLETIM
DA ORDEM
DOS
ADVOGADOS

SAIBA MAIS



SALA DE IMPRENSA

[Voltar ao Menu](#)[Notícias](#)[Arquivo](#)[Recortes](#)[Contactos](#)

Notícias

Provedor adverte Câmara de Braga sobre excesso de ruído durante as festas do 'Enterro da Gata'

O Provedor de Justiça, Alfredo José de Sousa, recebeu queixas contra o excesso de ruído provocado pelas festas do Enterro da Gata, por insuficiente controlo exercido pelas autoridades municipais; recorde-se que o Enterro da Gata é uma festa académica que se realiza na cidade de Braga.

Na sequência dessas queixas, o Provedor advertiu o Presidente da Câmara Municipal de Braga, para o deficiente controlo da proteção da tranquilidade pública e da segurança, exercido no âmbito dos inerentes procedimentos de licenciamento do ruído e do recinto. Em particular, foi sugerido que, em ulteriores edições do evento, o teor das licenças de ruído e de recinto improvisado discriminem os eventos musicais e a potência dos equipamentos e caracterizem o recinto licenciado, não se abstenho os serviços camarários de fixar condições concretas que salvaguardem os riscos inerentes aos festejos.

O Provedor considera importante salvaguardar alguns aspetos concernentes à aplicação do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro. Trata-se, no essencial, de sublinhar que a licença especial de ruído não pode ser considerada um mero expediente formal para converter atividades ruidosas excessivamente perturbadoras em atividades lícitas. A não ser assim, é o município que assume a responsabilidade civil extracontratual pelos danos morais 'permitidos' pela licença.

O Provedor lembra que nunca é demais ter em conta o especial dever de vigilância contra os mais variados riscos que recai sobre as autoridades municipais ao licenciarem um recinto, pois se presume terem vistoriado as suas condições.

Gabinete do Provedor de Justiça, em 28 de Agosto de 2012

[Voltar atrás](#) | [Topo da página](#)

Comunicado de publicitação do Relatório de Atividades de 2011 do Mediador do Crédito

Com a divulgação pública do Relatório de Atividades de 2011, apresenta-se também uma síntese das atividades desenvolvidas pelo Mediador do Crédito nesse ano.

A atividade de mediação entre os clientes bancários e as instituições de crédito é uma das principais competências atribuídas ao Mediador do Crédito. Neste âmbito, qualquer pessoa (singular ou coletiva) pode recorrer a esta entidade, em questões relacionadas com créditos e em situações tão distintas como sejam a obtenção de um novo crédito ou a reestruturação, consolidação ou renovação de créditos já existentes. O desenvolvimento das atividades de mediação, por parte do Mediador do Crédito, visa também contribuir para a implementação de mecanismos extrajudiciais de resolução de litígios, por forma a evitar o recurso aos tribunais.

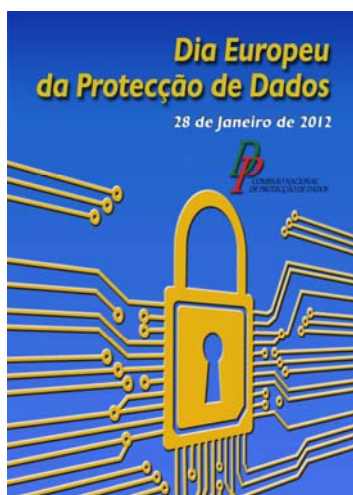
Neste período, registou-se um crescimento significativo da atividade do Mediador do Crédito, tendo sido abertos 251 processos (+41% que em 2010), dos quais 140 relativos a mediações, com um crescimento de 126% face a 2010. Os restantes processos respeitaram sobretudo a pedidos de esclarecimento sobre operações de crédito.

As reestruturações e as consolidações de créditos, na mesma entidade credora, corresponderam, no ano de 2011, a 78% do total das mediações efetuadas, enquanto o acesso a novos créditos à habitação ou créditos pessoais não superou 2% das mediações, situação que reflete o contexto atual da economia portuguesa.

Considera-se que a taxa de sucesso das mediações – aproximadamente 50% no conjunto dos anos de 2009 a 2011 – se situa num nível relevante, tendo em conta, em especial, as circunstâncias associadas ao desfecho dos restantes processos. Com efeito, apenas em cerca de 16% dos casos, a mediação terminou com a constatação de impossibilidade de obtenção de um acordo entre a instituição de crédito e o cliente bancário. Nas restantes situações, a mediação não terá tido efeitos relevantes, seja pelo facto de o cliente bancário não ter respondido, no âmbito dessa mediação, a uma proposta efetuada pela instituição de crédito (cerca de 10% das mediações concluídas), ou ter decidido apresentar-se à insolvência (cerca de 11% das mediações concluídas), ou por circunstâncias diversas (existência de processos judiciais em curso ou de penhoras e opção do cliente por outra solução - no conjunto, cerca de 13% dos casos).

Os requerentes são, naturalmente, a principal fonte de proveniência direta de processos, representando 68% dos processos entrados. Não obstante, destaca-se o aumento do número dos processos remetidos pelo Banco de Portugal, que passou de 3%, em 2010, para 22%, em 2011.

Lisboa, 11 de julho de 2012



Dia Europeu da Protecção de Dados

2012

“Não atires os dados à sorte” *

Comemora-se amanhã, **dia 28 de Janeiro**, o Dia Europeu da Protecção de Dados, instituído pelo Conselho da Europa, para assinalar a data da assinatura, em 1981, da Convenção 108, o primeiro instrumento legal internacional de protecção de dados pessoais, já ratificado por 43 Estados.

A Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) associou-se uma vez mais às comemorações deste dia, que já é conhecido em todo o mundo como o Dia da Privacidade, promovendo algumas iniciativas.

Para celebrar a 6ª edição do Dia Europeu da Protecção de Dados, a CNPD lança hoje, no seu sítio da Internet, o *Quiz* “**Na óptica do utilizador**” sobre um conjunto de tópicos relativos à forma como se utiliza o computador e os serviços da Internet.

O objectivo deste pequeno questionário é testar o nível de consciencialização individual para os riscos associados à utilização das tecnologias de informação e comunicação, bem como aprofundar os conhecimentos corrigindo práticas diárias incorrectas.

Os temas abordados são variados e incluem, entre outros, os ficheiros anexos aos *emails*, as compras na Internet, as *passwords*, as cópias de segurança ou os esquemas fraudulentos de *phishing*. Trata-se de um exercício de esclarecimento, concebido na perspectiva do utilizador final e que pretende sensibilizar o público em geral para os cuidados que deve ter para salvaguardar a sua informação pessoal.

Ainda no âmbito da celebração do Dia Europeu, é instituído o **Prémio Ensaio CNPD 2012**, destinado a galardoar os autores de trabalhos académicos ou de outros trabalhos de investigação sobre protecção de dados pessoais.

O regulamento do Prémio é hoje divulgado no sítio da CNPD, ficando aberto o prazo para a entrega de candidaturas até 31 de Maio deste ano. Podem concorrer trabalhos realizados nas diversas disciplinas das Ciências Sociais ou das Ciências e Tecnologias, que tenham por finalidade contribuir para o estudo da realidade relativa à protecção de dados pessoais. O vencedor do Prémio Ensaio CNPD 2012 verá o seu trabalho publicado.

O Dia Europeu da Protecção de Dados tem este ano um valor especial, na medida em que o quadro legal de referência de protecção de dados se encontra em processo de revisão, quer pelos trabalhos preparatórios de alteração da Convenção 108 que o Conselho da Europa está a levar a cabo, quer pelas propostas tornadas públicas esta semana pela Comissão Europeia, com vista à revisão da Directiva de Protecção de Dados e ao alargamento da protecção de dados ao nível da UE ao sector da cooperação policial e judiciária.

Nos vários fóruns europeus e internacionais onde está representada, a CNPD tem vindo a acompanhar e a contribuir para este processo de actualização, que terá em 2012 um ano chave de debate e intervenção, que se espera profícuo no reforço efectivo dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Num contexto de mudança, torna-se indispensável a sensibilização e a participação de cada um e de todos na defesa daquilo que é um direito fundamental dos indivíduos e um bem colectivo das sociedades livres e democráticas: a protecção de dados pessoais e da privacidade.

Janeiro de 2012

* Uma das melhores frases do Concurso *Um Slogan pela Privacidade*, realizado nas escolas em 2010 no âmbito do Projecto DADUS, da autoria do **Gonçalo, de 10 anos**, aluno do 4.º ano da Escola Básica Artur Martinho Simões, na Amadora.

Anexo 5. Marcas linguísticas e exemplos dos tipos de discurso nos despachos e comunicados

TIPO DE DISCURSO	MARCAS LINGUÍSTICAS
NARRAÇÃO (despachos)	<ul style="list-style-type: none"> • Marcas linguísticas que remetem para o tempo passado, designadamente o pretérito perfeito do indicativo: “(…) a proposta (…) foi remetida” (D1) • Pretérito perfeito com ancoragem temporal precisa que sinaliza a origem dos eventos e evidencia a sequência dos argumentos: “(…) foi ouvido o senado na sua reunião de 17 de outubro de 2012” (D1) “Na sequência da Resolução da Assembleia da República nº 39/2008, de 29 de julho de 2008, foi criado (…)” (D5) • Marcos/referências temporais precisas: “(…) reunião [do senado] de 17 de outubro de 2012” (D1) “(…) Protocolo assinado em 29 de junho de 2009” (D5) • Predomínio de frases declarativas: Nos considerandos (em sequência numérica) que fundamentam a concessão do título «Doutor Honoris Causa» (D1) • Anáfora lexical por repetição: “(…) O conselho científico da FMUP aprovou uma proposta (…) a proposta referida (…)” (D1) “(…) pagamento prévio dos emolumentos (…) quem tiver efetuado o pagamento dos emolumentos” (D5)

TIPO DE DISCURSO	MARCAS LINGUÍSTICAS
------------------	---------------------

Anexo 5. Marcas linguísticas e exemplos dos tipos de discurso nos despachos e comunicados

TIPO DE DISCURSO	MARCAS LINGUÍSTICAS
DISCURSO TEÓRICO (despachos)	<ul style="list-style-type: none"> • Modelizações expressas pelo meta-verbo dever (modalização deôntica): “Os trabalhadores da DGArtes deverão indicar (...) os membros da mesa de voto”; “os resultados deverão ser comunicados à Direção” (D4) • Marcas de terceira pessoa: “o conselho científico da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto aprovou (...)”; “Foi ouvido o senado (...)” (D1) “(...) o artigo 17º do «Sistema de Alerta de Rapto de Menores» prevê a possibilidade de (...)” (D5) • Afirmações mais genéricas no presente sem qualquer implicação dos parâmetros materiais no ato de linguagem: “Estão satisfeitas todas as condições para a atribuição do grau de doutor honoris causa exigidas pelo regulamento do doutoramento honoris causa da Universidade do Porto” (D1) • Presença de organizadores com valor lógico-argumentativo: “Nestes termos, importa preparar o processo de eleição (...)” (D4) “Em conformidade com aquelas exigências (...)” (D5) • Processos de reenvio intratextuais e intertextuais em quase todos os despachos, facto comprovado pela invocação de documentos oficiais/legislação variada No primeiro caso (intratextualmente), através de números, para elencar os argumentos (D1) No segundo caso (intertextualmente), através de aspas para citar os Estatutos da UP (idem) e para apontar a designação de um sistema (D5) • O agir do agente-produtor separa-se do contexto em que se produz e das propriedades do actante que a efetua, por isso surge este a referir-se a si próprio na terceira pessoa: “(...) prevê a possibilidade de o Procurador-Geral da República delegar noutro magistrado as competências (...)” (D5) • Presente não deítico, com valor genérico, na invocação padronizada dos textos reguladores que enformam a conduta dos actantes e que codifica normas gerais vigentes nas instituições • Ausência de unidades que aludam aos participantes da ação de linguagem ou aos interlocutores, numa formulação impessoal e sob o filtro de um expor autónomo relativamente ao contexto de produção em que o agir do actante é conformado por um conjunto de construções teóricas prescritivas a que está sujeito.

Anexo 5. Marcas linguísticas e exemplos dos tipos de discurso nos despachos e comunicados

TIPO DE DISCURSO	MARCAS LINGUÍSTICAS
DISCURSO TEÓRICO (comunicados)	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de frases com passiva truncada : “(…) realizou-se, no dia 24 de julho, pelas 17h30, na Ermida de ... o concerto” (C2) “(…) esclarece-se que não existiu (...) qualquer relação ...” (C5) • Anáforas pronominais: “(…) O objetivo é articular estes setores [indústrias culturais] com as áreas de estudo das Ciências da Comunicação, das Línguas Estrangeiras Aplicadas e das Culturas Estrangeiras, procurando estabelecer a ligação entre estas e o Turismo” (C4) • Anáforas nominais: “Comemora-se (...) o Dia Europeu da Proteção de Dados (...) o primeiro instrumento legal internacional de proteção de dados pessoais” (C9) “(…) a CNPD lança hoje (...) o Quiz «Na ótica do utilizador» (...) o objetivo deste pequeno questionário” (C9) • Frases declarativas: “(…) Trata-se no essencial de sublinhar que a licença especial de ruído não pode ser considerada um mero expediente formal” (C7) • Existência de mecanismos de menção deíctica intratextual: “Considera-se que a taxa de sucesso das mediações – aproximadamente 50% no conjunto dos anos de 2009 a 2011 – se situa num nível (...)” (C8) “(…) a mediação não terá tido efeitos relevantes seja pelo facto de o cliente bancário não ter respondido (...) a uma proposta efetuada pela instituição de crédito (cerca de 10% das mediações concluídas)” (C8) • Ausência de marcas de referência que remetam para os participantes da situação comunicativa (agente-produtor, destinatários) ou ao espaço-tempo da produção.

Anexo 5. Marcas linguísticas e exemplos dos tipos de discurso nos despachos e comunicados

TIPO DE DISCURSO	MARCAS LINGUÍSTICAS
DISCURSO INTERATIVO (despachos)	<ul style="list-style-type: none"> • Presente de indicativo e desinência da primeira pessoa do singular em todos os verbos declarativos com valor performativo , que são marcas essenciais para a compreensão do discurso e que sugerem a implicação do agente-produtor : “concedo” (D1), “aprovo” (D2), “designo” (D3), “determino” (D4), “delego (...) produz efeitos (...)” (D5) e “esclareço” (D6) • Deíticos pessoais e temporais que remetem para quem protagoniza a ação e que explicitam os parâmetros da situação de ação: Localizador temporal que indica proximidade em relação ao mundo físico – “comunique-se ao elemento ora designado” (D3) Formas do pronome pessoal oblíquo que remetem para o enunciador – “No uso da competência que me é atribuída (...)” (idem) • Expressão lexicalizada ligada diretamente ao ato de produção: “Por este meio” (D5) • Presente deítico ligado ao lugar da produção e simultâneo à relação temporal expressa pelas datas dos Despachos: “O presente despacho produz efeitos desde 12 outubro de 2012” (D5) • Muitas nominalizações que exprimem o agir dos actantes: “(...) atribuição do grau” (D1) “(...) criação dos seguintes novos ciclos de estudo”, “acreditação prévia” (D2) “júri representante” (D3) “processo de eleição”, “escrutínio”, “realização do ato eleitoral”, “direito de voto” (D4) “decisão de ativação”, “competências”, “actos” (D5) “disposições regulamentares” (D6) • Construção de sujeito indeterminado com recurso ao pronome pessoal se: “Comunique-se (...) e divulgue-se no sítio da internet” (D3) “(...) dar-se conhecimento a todos” (D4) “Publique-se no Diário da República” (D6) • Presença de unidades linguísticas que evidenciam entidades diretamente relacionadas com o objeto da ação verbal: <ul style="list-style-type: none"> - quatro professores catedráticos; o conselho científico da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, o senado, a reitoria (D1) - o conselho académico do IPP, as diferentes unidades orgânicas do IPP (D2) - um docente (D3) - os trabalhadores no desempenho de papéis diferenciados – vogais, membros da mesa de voto, efetivos, suplentes (D4) - diversos magistrados, a ministra da justiça, procuradores-gerais distritais, o diretor nacional da polícia judiciária (D5) - os advogados estagiários (D6)

Anexo 5. Marcas linguísticas e exemplos dos tipos de discurso nos despachos e comunicados

TIPO DE DISCURSO	MARCAS LINGUÍSTICAS
DISCURSO INTERATIVO (comunicados)	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de dêiticos espaciais: “O quadro com todos os apoios concedidos (...) pode ser consultado aqui” (C1) • Frases não declarativas (imperativas e interrogativas): “(...) consulte o site da PROALV (...) aceda ao link para os sites” (C4) “(...) como podem [os estudantes de doutoramento] desenhar a sua investigação de doutoramento?” (C3) • Determinantes possessivos e outras unidades linguísticas que fazem referência imediata aos interlocutores da ação de linguagem: “(...) consulte o site (...) onde encontrará informação sobre entidades (...) onde poderá efetuar o seu estágio” (C4) “Decisões teóricas da sua investigação; Decisões autorais da sua investigação” (C3) “Depois do seminário, os participantes serão capazes de (...)” (C3) “Caro(a) Colega” (C6) • Presença de marcas da primeira pessoa do singular e do plural, que se referem aos protagonistas da interação verbal: “[bastonário da OA] Chamo a atenção para a necessidade de (...) conto com a participação de todos” (C6) “Nós acreditamos que estas baixas taxas (...)” (C3) • Presença do auxiliar poder como modalizador: “(...) qualquer pessoa pode recorrer a esta entidade [mediador do crédito]” (C8) • Anáforas nominais: “A atividade de mediação entre os clientes bancários e as instituições de crédito é uma das principais competências atribuídas ao Mediador do Crédito” (C8) • Presença dos nomes próprios das instituições (responsáveis últimos das/pelas ações de linguagem).

Anexo 5. Marcas linguísticas e exemplos dos tipos de discurso nos despachos e comunicados

TIPO DE DISCURSO	MARCAS LINGUÍSTICAS
RELATO INTERATIVO (comunicados)	<ul style="list-style-type: none"> • Em C1 há diversas frases declarativas: “(...) a Escola da Noite concorreu ao concurso público” “(...) o montante atribuído resulta da apreciação de uma candidatura nova” “(...) os montantes atribuídos (...) resultam de decisões do júri independente” • Em C5 produz-se uma sucessão temporal de providências lideradas pela entidade e que desconstroem um nexos causal, onde se pode ver o predomínio do pretérito perfeito (composto) acompanhado pela presença de referências nominais que remetem diretamente para os sujeitos da situação interlocutiva em cujo quadro praxiológico o relato se desenvolve: “Foi instaurado (...) nos serviços do MP [Ministério Público] ...” “(...) o MP determinou a realização de autópsia (...) que se realizou ...” “Esse conjunto de intervenções periciais determinou a ausência de nexos causal” • Em C6 é criada uma série de eventos/ocorrências a ter lugar num plano temporal próximo – daí o emprego do futuro do indicativo – que são narrados/descritos a partir de uma origem espaço-temporal explícita: “(...) as comemorações irão decorrer no Largo S. Domingos, na cidade de Lisboa, de 16 a 19 de maio” “No dia 17 (...) decorrerá a conferência ...” “No dia 19 (...) será celebrada missa (...) decorrerá a sessão solene (...) seguir-se á uma conferência ...” • Em C7 encontram-se, também, organizadores temporais que marcam o desenvolvimento de factos evocados: “Na sequência dessas queixas (...) foi sugerido que em ultiores edições ...”.

Anexo 6. Exemplos e significado das modalizações

TIPO DE MODALIZAÇÃO	EXEMPLOS E SEU SIGNIFICADO
modalização deôntica (despachos)	<p>Em D1</p> <ul style="list-style-type: none">• com valor de obrigação: “comete ao reitor a competência para (...)”;• com valor de permissão e um matiz de concessão–autorização: “Estão satisfeitas todas as condições para a atribuição do grau (...)”; <p>Em D2</p> <ul style="list-style-type: none">• com valor de obrigação - na colocação da condição sinequanon (A3ES): “a submeter a acreditação prévia...” (que poderia ser parafraseada da seguinte forma: “que deverão ser submetidos/a submeter imperiosamente”); <p>Em D3</p> <ul style="list-style-type: none">• em conformidade com normas/procedimentos em uso: “comunique-se (...) divulgue-se (...)”; <p>Em D4</p> <ul style="list-style-type: none">• possibilitando o exercício de direitos: “os membros da mesa ficam dispensados (...)”;• sujeitando ao cumprimento de obrigações “Os referidos vogais serão eleitos (...) os trabalhadores deverão indicar (...) serão indicados por meu despacho (...) o ato eleitoral realizar-se-á (...) os resultados deverão ser comunicados (...) devendo os restantes trabalhadores exercer o seu direito de voto”;• em conformidade com normas/procedimentos em uso: “deverá publicitar-se o presente despacho”; <p>Em D5</p> <ul style="list-style-type: none">• tomada de decisão apoiada em deveres: “atribui ao PGR competência para a decisão de ativação do sistema (...) são também atribuídas [outras] competências”;• tomada de decisão apoiada em prerrogativas: “prevê a possibilidade de o PGR delegar noutro magistrado as competências” ;• em conformidade com normas/procedimentos em uso: “comunique-se (...) publique-se (...) publicite-se”; <p>Em D6</p> <ul style="list-style-type: none">• com valor de obrigação na obediência a preceito estabelecido: “só poderá realizar exame quem tiver efetuado o pagamento (...)”.

Anexo 6. Exemplos e significado das modalizações

TIPO DE MODALIZAÇÃO	EXEMPLOS E SEU SIGNIFICADO
modalização deôntica (comunicados)	<p>Em C1</p> <ul style="list-style-type: none">• valor de obrigação mascarado por um valor de permissão: “pode ser consultado aqui [quadro]” <p>Em C3</p> <ul style="list-style-type: none">• No cumprimento de procedimentos: “descarregue (...) contacte”• Exprimindo uma grande probabilidade: “os participantes serão capazes de desenhar e defender um projeto de investigação” <p>Em C4</p> <ul style="list-style-type: none">• Expressão do que é desejável através do imperativo: “consulte (...) aceda (...) faça-nos chegar”• valor de possibilidade: “encontrará informação (...) poderá efetuar o seu estágio” <p>Em C7</p> <ul style="list-style-type: none">• Com valor de obrigação legal: “a licença especial de ruído não pode ser considerada um expediente ...”• Expressão de conduta que acentua uma obrigação de caráter jurídico: “dever de vigilância” <p>Em C8</p> <ul style="list-style-type: none">• Configurando um direito social: “qualquer pessoa pode recorrer a esta entidade [mediador do crédito]” <p>Em C9</p> <ul style="list-style-type: none">• Traduzindo uma advertência moral/ordem com o imperativo: “Não atires os dados à sorte”• Como um alerta: “os cuidados que [o público] deve ter para salvaguardar a sua informação pessoal”

Anexo 6. Exemplos e significado das modalizações

TIPO DE MODALIZAÇÃO	MARCAS LINGUÍSTICAS
modalização pragmática (despachos)	<p>construções performativas na primeira pessoa, que têm como núcleo os diferentes verbos com este valor</p> <ul style="list-style-type: none"> • D1 “Concedo o título (...)” • D2 “aprovo a criação (...)” • D3 “designo como elemento do júri (...)” • D4 “determino (...)” • D5 “delego as competências (...) O presente despacho produz efeitos (...)” • D6 “esclareço (...)”
modalização pragmática (comunicados)	<p>Em C1</p> <ul style="list-style-type: none"> • Um dos verbos que surge nos despachos assoma no comunicado como um verbo atitudinal que marca a responsabilidade enunciativa ativa do actante em relação às suas ações (razão para agir): “a Direção Geral das Artes esclarece ...” <p>Em C3</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exprime crença: “Nós acreditamos que estas baixas taxas ...” <p>Em C4</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ilustra intencionalidade e capacidade de ação: “a intenção do consórcio é a de proporcionar (...) a estratégia passa pela valorização ...” <p>Em C5</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verbos com sentido volitivo que marcam o comprometimento (ou talvez melhor, a vontade) enunciativo com as medidas tomadas: “o MP informa que (...) determinou ...” <p>Em C6</p> <ul style="list-style-type: none"> • Marcação de intenção: “visitarei o liceu” <p>Em C7</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ilustra um poder-fazer : “o Provedor advertiu o Presidente da Câmara ...” <p>Em C9</p> <ul style="list-style-type: none"> • Denuncia um querer-fazer: “a CNPD associou-se às comemorações (...) a CNPD lança (...) a CNPD tem vindo a acompanhar e contribuir ...”

Anexo 6. Exemplos e significado das modalizações

TIPO DE MODALIZAÇÃO	MARCAS LINGUÍSTICAS
modalização lógica (despachos)	<p>Em D4</p> <ul style="list-style-type: none"> • referência a factos necessários, incontestados: “importa preparar o processo de eleição (...)” <p>Em D5</p> <ul style="list-style-type: none"> • exposição de factos certos: “(...) ficando, por este meio, ratificados os atos entretanto praticados”
modalização lógica (comunicados)	<p>Em C1</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exprime o que é certo: “(...) não havendo qualquer interferência da Direção Geral das Artes ou do Ministério da Cultura” <p>Em C2</p> <ul style="list-style-type: none"> • Expõe um facto atestado: “realizou-se (...) [em data, hora, local] o concerto...” <p>Em C3</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manifesta o que é certo: “Estes resultados constituem um investimento em competências ...” • Exprime uma grande probabilidade: “os participantes serão capazes de desenhar e defender um projeto de investigação” • Manifesta a dúvida: “Se os estudantes não estiverem familiarizados com (...) como podem desenhar a sua investigação?” <p>Em C4</p> <ul style="list-style-type: none"> • Veicula factos certos: “O AETC é composto pela ESHTe, pela Faculdade (...), e pela Universidade ... (...) o objetivo é articular estes setores com as áreas de estudo ...” <p>Em C5</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exprime um acontecimento certo: “Esse conjunto de intervenções determinou a ausência de nexos causal” <p>Em C6</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facto não contestável originado numa autoridade: “O Conselho Geral (...) entendeu que a celebração (...) deveria ocorrer ...” • Valor factual com traço de certeza sustentado pelo futuro em várias ocorrências, como por exemplo: “as comemorações irão decorrer...” • Indica necessidade: “(...) necessidade de os Colegas se inscreverem” <p>Em C7</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indica necessidade: “(...) nunca é demais ter em conta o especial dever de vigilância” <p>Em C8</p> <ul style="list-style-type: none"> • Demonstra um facto comprovado: “a atividade de mediação (...) é uma das principais competências atribuídas ao mediador do crédito” <p>Em C9</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assinala um facto possível: “Podem concorrer trabalhos ...” • Traduz uma certeza quanto à verdade do que se diz: “verá o seu trabalho publicado; (...) terá em 2012 um ano-chave”

Anexo 6. Exemplos e significado das modalizações

TIPO DE MODALIZAÇÃO	MARCAS LINGUÍSTICAS
modalização apreciativa (despachos)	Os elementos lexicais que a traduzem constituem expressões nominais de boa performance: “(...) exige agilidade, celeridade, articulação e coordenação de todos os intervenientes”. D5
modalização apreciativa (comunicados)	<p>Em C1</p> <ul style="list-style-type: none">• “(...) distorcem os factos e induzem em erro”• “júri independente” <p>Em C6</p> <ul style="list-style-type: none">• “inscreverem atempadamente (...) boa organização [das comemorações do dia do advogado]” <p>Em C7</p> <ul style="list-style-type: none">• “O Provedor considera importante (...) O Provedor lembra ...”• “(...) insuficiente controlo (...) deficiente controlo” <p>Em C8</p> <ul style="list-style-type: none">• “Considera-se que a taxa de sucesso se situa num nível relevante” <p>Em C9</p> <ul style="list-style-type: none">• “práticas incorretas (...) esquemas fraudulentos (...) valor especial (...) processo profícuo (...) indispensável a sensibilização”

Anexo 7. Descrição detalhada de cada instituição | Distinções no agir

EDUCAÇÃO:

1. INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Caraterização	Órgão de gestão	Instruções do agir *	Géneros de texto
Instituição de ensino que engloba 7 escolas institutos, com uma oferta de 70 ciclos de estudo e que continua a assegurar o primeiro lugar no ranking nacional das instituições de ensino superior politécnico	Presidência composta por: Presidente	- Dirige e representa o Instituto. - Preside ao Conselho de Gestão.	-Despachos -Recomendações -Regulamentos -Protocolos de cooperação - Contratos de colaboração -Relatórios
	4 Vice-Presidentes	Coadjuvam presidente	
	1 Administrador	-Organizar e coordenar os serviços do Instituto; - Gerir os recursos humanos, físicos e financeiros, fora do âmbito das Escolas; - Controlar a execução financeira das Escolas que não gozem de autonomia financeira.	
	Outros órgãos: Conselho geral	- Eleger o presidente do instituto, - Elaborar e/ou aprovar regulamentos, planos, orientações, propostas, regimento do órgão, - Emitir pareceres, - Propor as iniciativas que considere necessárias ao bom funcionamento do Instituto, - Apreciar os actos do Presidente do Instituto e do Conselho de Gestão; - Designar o Provedor do Estudante.	-Deliberações -Resoluções
	Conselho administrativo	Não é contemplado na legislação. Surge apenas no portal.	-Resoluções
	Conselho de gestão	- Conduzir a gestão administrativa, patrimonial e financeira do Instituto, bem como a gestão de recursos humanos, - Fixar taxas e emolumentos, - Deliberar sobre a concessão da gestão dos serviços aos estudantes, - Analisar as informações, os mapas e os relatórios apresentados, periodicamente, pelos Presidentes das Escolas e dirigentes de serviços relativos à execução orçamental e ao exercício dos poderes delegados.	-Resoluções

Caraterização	Órgão de gestão	Instruções do agir *	Géneros de texto
	Conselho de acção social	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovar a forma de aplicação da política de acção social escolar; - Fixar e fiscalizar o cumprimento das normas de acompanhamento que garantam a funcionalidade dos respectivos serviços; - Dar parecer sobre o relatório de actividades, bem como sobre os projectos de orçamento para o ano económico seguinte e os planos de desenvolvimento de médio prazo para a acção social; - Propor mecanismos que garantam a qualidade dos serviços prestados e definir os critérios e os meios para a sua avaliação. 	-Resoluções
	Provedor do estudante	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa e promoção dos direitos e legítimos interesses dos estudantes, assegurando, através de meios informais, a legalidade da actuação dos órgãos, dos serviços e de todos os intervenientes, a título individual ou colectivo, no processo de formação dos estudantes e a sua adequação aos objectivos de promoção da qualidade institucional e do sucesso escolar. - Exerce a sua acção no âmbito de todas as escolas do Instituto, dos Serviços Centrais e dos Serviços de Acção Social. - Os estudantes podem apresentar exposições ao Provedor do Estudante relativamente a assuntos relacionados com o processo educativo, de natureza pedagógica, científica ou de carácter social ou administrativo. ** 	Não tem textos disponíveis
			Outros textos disponíveis: <i>Newsletter</i> Notícias

Cont.

* Informação retirada dos estatutos constante do despacho normativo nº 5/2009 <https://www.ipp.pt/filesserver/fckeditor/Estatutos%20IPP%20-%20Despacho%20Normativo%205-2009.pdf>

** Dados retirados do sítio web

Nota: Conselho académico e fiscal único apenas são referidos na legislação e não surgem no portal.

2. UNIVERSIDADE DO PORTO

Caraterização	Órgãos de governo	Instruções do agir	Géneros de texto
<p>Maior instituição de ensino e investigação científica de Portugal, engloba 14 faculdades e uma <i>business school</i>. Disponibiliza 273 cursos de licenciatura, mestrado integrado, mestrado e doutoramento.</p> <p>Em 2009 transforma-se em fundação pública de direito privado.</p>	Conselho de Curadores 1)	<ul style="list-style-type: none"> - Eleger o seu Presidente, - Aprovar os Estatutos do estabelecimento de ensino, - Proceder à homologação das deliberações do Conselho Geral, - Nomeia e destituir o Conselho de Gestão, - Propor ou autorizar a aquisição ou alienação de património imobiliário da instituição, bem como as operações de crédito. 	Não tem textos disponíveis
	Conselho Geral 1) (competências genéricas; há também as que decorrem de propostas do Reitor que não estão aqui)	<ul style="list-style-type: none"> - Eleger o Reitor, - Propor ao Governo o elenco de Curadores, - Aprovar o seu regulamento, - Pronunciar-se sobre as alterações aos Estatutos e aprová-las - Apreciar os actos do Reitor e do Conselho de Gestão - Nomear o gabinete de Provedoria - Propor as iniciativas que considere necessárias ao bom funcionamento da instituição. 	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamentos - Deliberações
	Reitor 2) [coadjuvado por: 4 Vice-reitores 4 Pró-reitores 1 Administrador]	<ul style="list-style-type: none"> - É a instância superior de governo e de representação externa da Universidade, - Conduz a sua política, - Preside ao Conselho de Gestão e ao Senado 	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamentos - Despachos - Normas - Calendários escolares
	Conselho de Gestão 3)	- Conduz a gestão administrativa, patrimonial, financeira e de recursos humanos da instituição.	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamentos - Despachos - Minutas de contratos - Tabela de emolumentos
	Outros órgãos: Senado	Órgão consultivo que tem por missão assegurar a coesão da Universidade do Porto e a participação de todas as Unidades Orgânicas na sua gestão.	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamento do órgão - Actas - Deliberações
	Provedoria	Defende e promove os direitos e interesses legítimos de toda a comunidade académica.	- Regulamentos
	Fiscal Único	Compete-lhe controlar a legalidade, regularidade e boa gestão financeira e patrimonial da Universidade.	Não tem textos disponíveis
			<p>Outros textos disponíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Brochura - Comunicado

1) Informação retirada de cada página, 2) informação retirada da página inicial dos órgãos de governo que é mais completa, 3) informação retirada da página inicial dos órgãos de governo que é mais resumida

EDUCAÇÃO:

3. ESC. SUP. HOTELARIA TURISMO ESTORIL

Caraterização	Órgãos de gestão	Instruções do agir *	Géneros de texto
É um Estabelecimento Público de Ensino Superior Politécnico cuja missão se centra na criação, transmissão e difusão de conhecimentos relacionados com o exercício de atividades profissionais altamente qualificadas, nas áreas do Turismo, da Hotelaria e da Restauração	Conselho geral	Órgão de definição do desenvolvimento estratégico e de supervisão da ESHTe. Competência mais importante: eleição/suspensão/destituição do Presidente da ESHTe.	- Actas - Programas de acção de 2 candidaturas a Presidente da Escola - Regimento do órgão
	Presidente [assessorado por: 1 Vice-Presidente 1 Administradora 3 Assessores]	Órgão superior de governo e de representação externa da Escola.	- Despachos - Planos de actividade - Programa específico de desenvolvimento da Escola
	Conselho de gestão	Compete-lhe conduzir a gestão patrimonial, administrativa e financeira da ESHTe, bem como a gestão dos recursos humanos.	Não tem textos disponíveis
	Conselho técnico-científico	- Delibera sobre o plano de atividades científicas, sobre a distribuição do serviço docente, sobre a criação de ciclos de estudo; - Aprova os planos de estudos dos ciclos de estudo ministrados e a ministrar, entre outros.	- Actas - Avisos - Regulamentos - Regimento do órgão
	Conselho pedagógico	- Compete a este órgão orientações pedagógicas, os métodos de ensino e de avaliação, - Promover a realização da avaliação do desempenho pedagógico dos docentes, por estes e pelos estudantes, - Apreciar as queixas relativas às falhas pedagógicas, propondo as providências necessárias, - Aprovar o regulamento de avaliação do aproveitamento dos estudantes, entre outras	- Actas - Recomendações - Regimento do órgão
	Conselho para a avaliação e qualidade	Órgão responsável pelo estabelecimento dos mecanismos de auto-avaliação e pela avaliação da política de qualidade da ESHTe	- Actas - Modelo auto-avaliação - Regimento do órgão
	Provedor do estudante	- Apreciar as queixas e reclamações dos estudantes, proferir as recomendações pertinentes aos órgãos, unidades funcionais e serviços competentes para as atender, fazer recomendações genéricas, tendo em vista acautelar os interesses dos estudantes.	- Cartas aos alunos - Reflexão sobre questões dos alunos

Cont.

Caraterização	Órgãos de gestão	Instruções do agir *	Géneros de texto
			Outros textos disponíveis: -Newsletter -Estatutos -Relatórios -Calendários escolares -Calendários de exames -Notícias -Comunicados

*Dados retirados do sítio web

CULTURA:

1. DIR. GERAL DAS ARTES

Caraterização	Órgãos de gestão	Instruções do agir *	Géneros de texto
<p>É um organismo que tem por missão a coordenação e execução das políticas de apoio às artes, dinamizando parcerias institucionais e promovendo políticas adequadas a garantir a universalidade da sua fruição, bem como a liberdade e a qualificação da criação artística.</p>	<p>Director-geral Subdirectora-geral</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Propor e assegurar a execução das medidas de políticas estruturantes do sector das artes; - Promover o alargamento da oferta cultural qualificada, incentivando a diversidade na criação cultural e proporcionando as condições adequadas ao seu crescimento e desenvolvimento profissional; - Assegurar a diversificação e descentralização da criação e da difusão das artes, promovendo a igualdade de acesso às produções artísticas de forma a corrigir as assimetrias regionais e os desequilíbrios sociais e culturais; - Promover a captação e formação de públicos, proporcionando-lhes a fruição e compreensão dos fenómenos artísticos; - Propor as prioridades de investimento para o sector, identificando os critérios técnico-artísticos que integram a base de fundamentação das opções do Estado na aplicação dos recursos públicos; - Fomentar a criação, a formação, a produção e a difusão das artes, mediante a definição de sistemas e modalidades de incentivo, a regulamentação de programas e critérios de apoio e fixação de contrapartidas exigíveis, assegurando a adopção de metodologias de fiscalização e avaliação de resultados; - Contribuir para a melhoria dos equipamentos culturais, através da comparticipação em programas de construção, desenvolvimento, recuperação e requalificação de espaços e infra-estruturas; - Promover a dignificação e valorização profissionais dos criadores, produtores e outros agentes culturais; - Projectar as artes contemporâneas portuguesas nos circuitos internacionais; - Assegurar o registo, a edição e a divulgação de documentos e obras relativos às áreas de intervenção da DGARTES; 	<ul style="list-style-type: none"> - Despachos - Planos de actividade - Relatórios de actividade - Balanços sociais - Listagens de apoios - Avisos - Actas - Leis, decretos-lei, portarias - Declaração de Não Dívida a Fornecedores - Catálogo de edições - Comunicados de imprensa - Newsletter

Caraterização	Órgãos de gestão	Instruções do agir *	Géneros de texto
		<ul style="list-style-type: none"> - Promover, em colaboração com outros organismos da administração central e local, acções de articulação entre a promoção das artes e outras políticas sectoriais; - Assegurar e fomentar a recolha e tratamento de informação sobre todos os domínios artísticos, criando ou integrando redes de informação nacionais e internacionais acessíveis aos profissionais e ao público em geral; - Conceder apoios e incentivos; - Promover a produção de réplicas e demais material de apoio a criadores e agentes culturais e ao público em geral. 	

Cont.

*elementos recolhidos do Decreto Regulamentar nº 35/2912, de 27 de março (disponível no site em http://www.dgartes.pt/documentacao/decretoregulamentar_n35_2012.pdf).

2. DIR. REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

Caraterização	Órgãos de gestão	Instruções do agir*	Géneros de texto
<p>É um organismo desconcentrado do Ministério da Cultura, cujo âmbito geográfico de actuação está circunscrito à região do Algarve” com a missão de “dar continuidade aos grandes objectivos da política cultural do governo, interpretando-os e traduzindo-os, no quadro das suas competências, à escala do Algarve, desenvolvendo parcerias adequadas com outros organismos</p>	Directora Regional	<p>Objectivos gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assegurar, através do apoio financeiro equilibrado e coerente, o reforço da consistência dos projectos dos agentes culturais de natureza não profissional existentes no Algarve, - Conceder apoio à realização equilibrada de uma programação de espectáculos e outros eventos culturais, - Estimular o desenvolvimento de projectos estruturantes de oferta cultural de natureza institucional, - Desenvolver e disponibilizar o acesso a uma base de dados com informação estratégica para a acção cultural no Algarve, - Aprofundar as iniciativas de divulgação e marketing cultural. <p>Objectivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a investigação, recolha, registo e divulgação de bens ou práticas culturais tradicionais, - Apoiar a criação ou valorização de núcleos museológicos de agentes culturais não institucionais, - Incentivar a criação e divulgação de referências artísticas contemporâneas do Algarve, - Estimular a exibição regular de repertórios artísticos contemporâneos do Algarve ou a realização de outros agenciamentos culturais protagonizados por agentes da região, - Fomentar acções de divulgação, quer do património cultural, quer de repertórios artístico-culturais tradicionais ou contemporâneos do Algarve junto dos turistas que visitam a região, - Agendar programação de espectáculos de natureza diversa ou outras animações culturais, tendo em conta os fluxos turísticos, - Criar bases de dados digitais sobre o património cultural do Algarve, - Avaliar a situação em matéria de dotação de equipamentos para actividades culturais no Algarve; 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios de actividade - Relatório do plano regional de intervenções prioritárias do Algarve - Relatórios de auto-avaliação de desempenho - Regulamento - Instruções de preenchimento - Listas de apoios concedidos - Listas de resultados - Decretos-lei e Lei orgânica - Boletins de identificação de fornecedores - Plano anticorrupção - Planos de actividade - Formulários - Avisos - Inventário - Anúncios - Levantamento de equipamentos/agentes - Directório - Notícias - Notas à comunicação social - Reportagens - Catálogos de publicações - Newsletter

Caraterização	Órgãos de gestão	Instruções do agir*	Géneros de texto
		<ul style="list-style-type: none"> - Promover a divulgação e estimular o usufruto social dos equipamentos culturais existentes na região; - Fomentar iniciativas conducentes à instalação de uma rede regional de equipamentos culturais; - Emitir pareceres sobre a viabilidade cultural de projectos infra-estruturas no âmbito de candidaturas a programas de financiamento; - Apoiar a aquisição de equipamento para agentes culturais da região; - Fomentar a formação educativa dos públicos, - Apoiar a formação de agentes culturais através de acções de aperfeiçoamento técnico e artístico; - Incentivar a instalação de instituições ou projectos culturais estruturantes; - Cooperar com a CMFaro na programação regular de espectáculos; - Cooperar com as autarquias e outros agentes no estabelecimento de projectos de programação de espectáculos; - Editar agendas, roteiros culturais, encartes e outros materiais promocionais. <p>Estratégias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Iniciativas de criação/produção - Iniciativas de difusão/divulgação - Iniciativas de edição - Iniciativas de formação de agentes culturais e criação e desenvolvimento de públicos - Iniciativas de aquisição de equipamentos no âmbito da denominada cultura popular e tradicional - Realização de protocolos com agentes institucionais. 	

Cont.

*Dados retirados do sítio web

DIREITO:

1. PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Caraterização	Órgãos de gestão	Instruções do agir*	Géneros de texto
É o órgão superior do Ministério Público.	Procurador-Geral da República.	<ul style="list-style-type: none">- Promover a defesa da legalidade democrática,- Dirigir, coordenar e fiscalizar a actividade do Ministério Público,- Emitir as directivas, ordens e instruções a que deve obedecer a actuação dos respectivos magistrados- Informar o Ministro da Justiça da necessidade de medidas legislativas tendentes a conferir exequibilidade aos preceitos constitucionais,- Propor ao Ministro da Justiça providências legislativas com vista à eficiência do Ministério Público e ao aperfeiçoamento das instituições judiciais ou a pôr termo a decisões divergentes dos tribunais ou dos órgãos da Administração Pública.	<ul style="list-style-type: none">- Despachos- Protocolos- Discursos- Leis e decretos-lei- Relatório anual de balanço de actividades- Comunicados de imprensa
	Conselho Superior do Ministério Público	- Nomear, colocar, transferir, promover, exonerar, apreciar o mérito profissional, exercer a acção disciplinar e, em geral, praticar todos os actos de idêntica natureza respeitantes aos magistrados do Ministério Público, com excepção do Procurador-Geral da República.	<ul style="list-style-type: none">- Boletins informativos- Boletins de interesses difusos- Circulares- Estatuto do Min.Público
	Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República	- Emitir parecer restrito a matéria de legalidade nos casos de consulta previstos na lei ou a solicitação do Presidente da Assembleia da República ou do Governo	- Pareceres
			Outros textos disponíveis: Acórdãos

*Dados retirados do sítio web

2. ORDEM DOS ADVOGADOS

Caraterização	Órgãos de gestão	Instruções do agir*	Géneros de texto
<p>É a Instituição representativa dos Licenciados em Direito que exercem a Advocacia e que regula o exercício da actividade.</p> <p>É uma associação pública independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma nas suas regras.</p>	Bastonário	<ul style="list-style-type: none"> -É o presidente da Ordem dos Advogados, do Congresso, da Assembleia Geral e do Conselho Geral -Representa a Ordem perante os órgãos de soberania -Assegura o cumprimento da legislação respeitante à Ordem e respectivos regulamentos e zela pela realização das suas atribuições. 	<ul style="list-style-type: none"> -Mensagens -Despachos -Comunicados -Discursos
	Conselho superior	<ul style="list-style-type: none"> -É o supremo órgão jurisdicional da Ordem, -Tem competência para julgar os recursos das decisões dos Conselhos de Deontologia em matéria disciplinar e dar laudo sobre os honorários a pedido dos tribunais, dos advogados ou dos seus constituintes. 	<ul style="list-style-type: none"> -Pareceres -Editais
	Conselho geral	<ul style="list-style-type: none"> -É o órgão de direcção e gestão da Ordem, presidido pelo Bastonário, - Delibera sobre todos os assuntos que respeitem ao exercício da profissão, aos interesses dos advogados e à gestão da Ordem que não estejam especialmente cometidos a outros órgãos. 	<ul style="list-style-type: none"> -Pareceres -Comunicados -Deliberações -Estatuto do órgão
			<p>Outros textos disponíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Estatuto OA -Relatórios e Contas -Propostas de orçamento -Orçamentos -Regulamentos -Leis, decretos-lei, directivas -Actas (CNEF) -Protocolos de cooperação -Tabela de emolumentos e preços -Códigos de deontologia -Inquérito aos advogados -Apólice seguro responsabilidade civil profissional -Gazeta jurídica

Caraterização	Órgãos de gestão	Instruções do agir*	Géneros de texto
			-Boletim da OA -Revista da OA -Notícias (agenda) -Catálogo produtos OA

Cont.

*Dados retirados do portal

DIREITO:**3. A COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

Caraterização	Órgãos de gestão	Instruções do agir*	Géneros de texto
<p>É uma entidade administrativa independente com poderes de autoridade, que funciona junto da Assembleia da República.</p> <p>Tem como atribuição genérica controlar e fiscalizar o processamento de dados pessoais, em rigoroso respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades e garantias consagradas na Constituição e na lei.</p> <p>As decisões da Comissão têm força obrigatória.</p>	<p>Presidente 6 Vogais</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Emitir pareceres sobre disposições legais e instrumentos jurídicos nacionais, comunitários e internacionais, relativos ao tratamento de dados pessoais. -Autorizar ou registar, consoante os casos, os tratamentos de dados pessoais -Autorizar, em casos excepcionais, a utilização de dados pessoais para finalidades não determinantes da recolha bem como a interconexão de tratamentos de dados pessoais. -Autorizar a transferência internacional de dados pessoais. -Fixar o prazo de conservação dos dados. -Assegurar o direito de acesso, rectificação e actualização. -Autorizar a fixação de custos/periodicidade para o exercício do direito de acesso. -Fixar prazos máximos de cumprimento do exercício do direito de acesso em cada sector de actividade. -Dar seguimento ao pedido efectuado por qualquer pessoa, ou por associação que a represente, para protecção dos seus direitos e liberdades, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e informá-la do seu resultado. -Verificar, a pedido de qualquer pessoa, a licitude de um tratamento de dados, no caso de acesso indirecto, e informá-la da realização da verificação. -Apreciar reclamações, queixas ou petições dos particulares. -Assegurar a representação junto de instâncias comuns de controlo de protecção de dados pessoais e exercer funções de representação e fiscalização no âmbito dos sistemas de Schengen e Europol. -Deliberar sobre a aplicação de coimas. -Promover e apreciar códigos de conduta. -Promover a divulgação e esclarecimento dos direitos relativos à protecção de dados. -Dar publicidade periódica à sua actividade. -Emitir directivas para sectores de actividade, relativas ao prazo de conservação dos dados, às medidas de segurança e aos códigos de conduta. 	<ul style="list-style-type: none"> -Autorizações -Deliberações -Pareceres -Recursos -Acórdãos -Leis, decretos-lei, portarias e resoluções -Directivas e decisões internacionais -Minutas -Guias -Formulários -Códigos de conduta -Esclarecimento -Registos -Comunicados de imprensa -Regulamentos -Carta de direitos -Convenção -Cartazes -Apresentações em <i>ppt</i> de intervenções públicas -Discursos -Actas de colóquios -Relatórios de actividade -Relatórios de auditoria -Relatórios de inspecção -Newsletter

*Dados retirados do portal

DIREITO:**4. PROVIDOR DE JUSTIÇA**

Caraterização	Órgãos de gestão	Instruções do agir*	Géneros de texto
<p>Entidade cuja actividade processual tradicional é a de instruir queixas/reclamações dos cidadãos suportadas pelo Direito ou estribadas pela Justiça.</p> <p>Como Instituição Nacional de Direitos Humanos, é um elo de ligação entre os cidadãos e o Poder.</p> <p>Não tem poderes de decisão - por isso, não manda, não impõe, não constrange os poderes públicos; mas, sugere, convence pela força da razão, persuade pela boa fundamentação das posições assumidas em defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos.</p>	<p>Provedor coadjuvado por Provedores-adjuntos</p>	<p>-Fiscalizar a actividade administrativa,</p> <p>-Recomendar comportamentos aos poderes públicos com vista à reparação de ilegalidades ou injustiças,</p> <p>-Intervir junto do contencioso constitucional.</p>	<p>-Leis</p> <p>-Formulários</p> <p>-Relatórios de actividade</p> <p>-Relatórios diversos (de visitas, de inspecções, sociais...)</p> <p>-Recomendações</p> <p>-Pareceres</p> <p>-Despachos</p> <p>-Anotações</p> <p>-Reparos/Censuras</p> <p>-Chamadas de atenção</p> <p>-Reiteração de recomendação</p> <p>-Sugestões de medidas legislativas</p> <p>-Súmulas</p> <p>-Ofícios</p> <p>-Notas informativas</p> <p>-Notas de imprensa</p> <p>-Pedidos de fiscalização da constitucionalidade</p> <p>-Código de boa conduta administrativa</p> <p>-Plano de Prevenção de Riscos de Gestão</p> <p>-Estudos do provedor</p> <p>-Comunicações em eventos</p> <p>-Notícias</p> <p>-Recortes de imprensa</p>

*Dados retirados do portal

FINANÇAS:

5. MEDIADOR DO CRÉDITO

Caraterização	Órgãos de gestão	Instruções do agir*	Géneros de texto
<p>A sua actividade visa a defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos de quaisquer pessoas ou entidades em relações de crédito, designadamente no domínio do crédito à habitação, com vista a contribuir para melhorar o acesso ao crédito junto do sistema financeiro.</p> <p>Com a mediação pretende-se fomentar a comunicação entre as partes, no sentido de se conseguir uma alternativa viável na resolução de litígios nas relações de crédito, quando se tenham esgotado todas as hipóteses de entendimento entre os clientes bancários e as instituições de crédito.</p>	Mediador do crédito	<ul style="list-style-type: none">-Contribuir para a promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos legalmente protegidos de quaisquer pessoas ou entidades que sejam parte em relações de crédito;-Difundir e fomentar o conhecimento das normas legais e regulamentares aplicáveis aos contratos de crédito, contribuindo para o desenvolvimento da literacia financeira nesta área;-Colaborar com o Banco de Portugal no sentido de contribuir para o cumprimento das normas legais e contratuais em matéria de concessão de crédito;-Coordenar a actividade de mediação entre clientes bancários e instituições de crédito para melhorar o acesso ao crédito;-Emitir pareceres ou dirigir recomendações sobre quaisquer matérias relacionadas com a sua actividade;-Assinalar deficiências de legislação, emitindo recomendações para a sua alteração ou revogação, ou sugestões para elaboração de nova legislação;-Acompanhar globalmente a actividade de crédito.	<ul style="list-style-type: none">-Relatórios anuais de actividade-Entrevistas-Comunicação em evento-Decreto-lei e resolução-Guia prático-Minutas de cartas-Glossário <i>sobre produtos, institutos e conceitos relacionados com o crédito</i>-Notícias-Comunicado

*Dados retirados do sítio web

Anexo 8. Ocorrência quantificada dos gêneros de texto por área

Gêneros de texto	Área educação	Área cultura	Área direito	Área finanças
Acórdãos			2	
Actas	2	1	2	
Anotações			1	
Anúncios		1		
Apólice			1	
Apresentações em ppt de intervenções públicas			1	
Autorizações			1	
Avisos	1	2		
Balanços sociais		1		
Boletins		2	1	
Brochura	1			
Calendários escolares/de exames	2			
Carta de direitos			1	
Cartas aos alunos	1			
Cartazes			1	

Gêneros de textos	Área educação	Área cultura	Área direito	Área finanças
Catálogo [de edições/publicações/produtos]		2	1	
Chamadas de atenção			1	
Circulares			1	
Códigos [de conduta/ deontologia]			3	
Comunicações em eventos			1	1
Comunicados [de imprensa]/ Notas à comunicação social	2	2	3	1
Contratos de colaboração	1			
Convenção			1	
Decisões			1	
Declaração de Não Dívida a Fornecedores		1		
Decretos-lei		2	4	
Deliberações	2		2	
Despachos	3	1	3	
Directivas			2	

Géneros de textos	Área educação	Área cultura	Área direito	Área finanças
Directório		1		
Discursos			3	
Editais			1	
Entrevistas				1
Esclarecimento			1	
Estatutos	1		2	
Estudos			1	
Formulários		2	2	
Gazeta			1	
Glossário				1
Guias [de procedimentos/práticos]		1	1	1
Indagações				
Inquérito			1	

Gêneros de textos	Área educação	Área cultura	Área direito	Área finanças
Instruções de preenchimento		1		
Inventário		1		
Leis		2	4	
Levantamento de equipamentos/agentes		1		
Listagens/Listas [de apoios/resultados]		2		
Mensagens			1	
Minutas [de cartas/contratos]	1	1	1	1
Modelo auto-avaliação	1			
<i>Newsletter</i>	2	2	1	
Normas	1			
Notas informativas			1	
Notícias	2	2	2	1
Ofícios			1	

Géneros de textos	Área educação	Área cultura	Área direito	Área finanças
Orçamentos			1	
Pareceres			4	
Pedidos de fiscalização da constitucionalidade			1	
Plano anticorrupção		1		
Plano de Prevenção de Riscos de Gestão			1	
Planos de actividade	1	2		
Portarias		1	1	
Programa específico de desenvolvimento	1			
Programas de acção	1			
Propostas de orçamento			1	
Protocolos [de cooperação]	1	1	2	
Recomendações	2		1	
Recortes de imprensa			1	

Gêneros de textos	Área educação	Área cultura	Área direito	Área finanças
Recursos			1	
Reflexão sobre questões dos alunos	1			
Regimentos	1			
Registos			1	
Regulamentos	3	2	2	
Reiteração de recomendação			1	
Relatórios	2	2	4	1
Reparos/Censuras			1	
Reportagens		1		
Resoluções	1		1	1
Revista			1	
Sugestões de medidas legislativas			1	
Súmulas			1	
Tabela de emolumentos/preços	1		1	

Anexo 9. Lista alfabética dos géneros de texto

A

Acórdãos
Actas
Anotações
Anúncios
Apólice
Apresentações em ppt de intervenções públicas
Autorizações
Avisos

B

Balanços sociais
Boletins: identificação de fornecedores | informativos | de interesses difusos
Brochura

C

Calendários escolares/de exames
Carta de direitos
Cartas aos alunos
Cartazes
Catálogo de edições/publicações/produtos
Chamadas de atenção
Circulares
Códigos de conduta | deontologia
Comunicações em eventos
Comunicados ([de imprensa] / Notas à comunicação social)
Contratos de colaboração
Convenção

D

Decisões
Declaração de Não Dívida a Fornecedores
Decretos-lei
Deliberações
Despachos
Directivas
Directório
Discursos

E

Editais
Entrevistas
Esclarecimento
Estatutos
Estudos

F

Formulários [de contacto]

G

Gazeta
Glossário
Guias [de procedimentos/práticos]

I

Indagações
Inquérito
Instruções de preenchimento
Inventário

L

Leis
Levantamento de equipamentos/agentes
Listagens/Listas [de apoios/resultados]

M

Mensagens
Minutas [de cartas/contratos]
Modelo auto-avaliação

N

Newsletters
Normas
Notas informativas
Notícias

O

Ofícios
Orçamentos

P

Pareceres
Pedidos de fiscalização da constitucionalidade
Plano anticorrupção
Plano de Prevenção de Riscos de Gestão
Planos de actividade
Portarias
Programa específico de desenvolvimento
Programas de acção
Propostas de orçamento
Protocolos [de cooperação]

R

Recomendações
Recortes de imprensa
Recursos
Reflexão sobre questões dos alunos
Regimentos
Registos
Regulamentos
Reiteração de recomendação
Relatórios:
- de actividade
- do plano regional de intervenções prioritárias
- de auto-avaliação de desempenho
- e contas
- de auditoria

- de inspecção
- de visitas
- sociais
- intercalares
- de avaliação externa
Reparos/Censuras
Reportagens
Resoluções
Revista

S

Sugestões de medidas legislativas
Súmulas

T

Tabela de emolumentos/preços

Anexo 10. Géneros de texto em cada entidade

Géneros de texto	IPP	UP	ESHTe	DGARTES	DRCA	PGR	OA	CNPD	Provedor Justiça	Mediador do crédito
TOTAIS	10	10	18	15	20	12	25	27	22	10
Totais por área	38			35		64			32	
Acórdãos						•		•		
Actas		•	•	•			•	•		
Anotações									•	
Anúncios					•					
Apólice							•			
Apresentações em <i>ppt</i> de intervenção públicas								•		
Autorizações								•		
Avisos			•	•	•					
Balanços sociais				•						
Boletins				•	•	•				
Brochura		•								
Calendários escolares/de exames		•	•							
Carta de direitos								•		
Cartas aos alunos			•							

Gêneros de textos	IPP	UP	ESHTe	DGARTES	DRCA	PGR	OA	CNPD	Provedor Justiça	Mediador do crédito
Cartazes								●		
Chamadas de atenção									●	
Circulares						●				
Códigos [de conduta/ deontologia]							●	●	●	
Comunicações em eventos									●	●
Comunicados [de imprensa]/ Notas à comunicação social		●	●	●	●	●	●	●	●	●
Contratos de colaboração	●									
Convenção								●		
Decisões								●		
Declaração de Não Dívida a Fornecedores				●						
Decretos-lei				●	●	●	●	●		●
Deliberações	●	●					●	●		
Despachos	●	●	●	●		●	●		●	
Directivas							●	●		

Géneros de textos	IPP	UP	ESHTe	DGARTES	DRCA	PGR	OA	CNPD	Provedor Justiça	Mediador do crédito
Directório					•					
Discursos						•	•	•		
Editais							•			
Entrevistas										•
Esclarecimento								•		
Estatutos			•			•	•			
Estudos									•	
Formulários					•			•	•	
Gazeta							•			
Glossário										•
Guias [de procedimentos/práticos]								•		•
Indagações										
Inquérito							•			

Gêneros de textos	IPP	UP	ESHTe	DGARTES	DRCA	PGR	OA	CNPD	Provedor Justiça	Mediador do crédito
Instruções de preenchimento					•					
Inventário					•					
Leis				•	•	•	•	•	•	
Levantamento de equipamentos/agentes					•					
Listagens/Listas [de apoios/resultados]				•	•					
Mensagens							•			
Minutas [de cartas/contratos]		•						•		•
Modelo auto-avaliação			•							
<i>Newsletter</i>	•		•	•	•			•		
Normas		•								
Notas informativas									•	
Notícias	•		•		•		•		•	•
Ofícios									•	

Géneros de textos	IPP	UP	ESHTe	DGARTES	DRCA	PGR	OA	CNPD	Provedor Justiça	Mediador do crédito
Orçamentos							●			
Pareceres						●	●	●	●	
Pedidos de fiscalização da constitucionalidade									●	
Plano anticorrupção					●					
Plano de Prevenção de Riscos de Gestão									●	
Planos de actividade			●	●	●					
Portarias				●				●		
Programa específico de desenvolvimento			●							
Programas de acção			●							
Propostas de orçamento							●			
Protocolos [de cooperação]	●					●	●			
Recomendações	●		●						●	
Recortes de imprensa									●	

Gêneros de textos	IPP	UP	ESHTe	DGARTES	DRCA	PGR	OA	CNPD	Provedor Justiça	Mediador do crédito
Recursos								●		
Reflexão sobre questões dos alunos			●							
Regimentos			●							
Registos								●		
Regulamentos	●	●	●		●		●	●		
Reiteração de recomendação									●	
Relatórios	●		●	●	●	●	●	●	●	●
Reparos/Censuras									●	
Reportagens					●					
Resoluções	●							●		●
Revista							●			
Sugestões de medidas legislativas									●	
Súmulas									●	
Tabela de emolumentos/preços		●					●			

DESPACHO N.º GR.HC.01/10/2012

Concessão do título “Doutor Honoris Causa” ao Professor Alim-Louis Benabid da Universidade de Grenoble - France

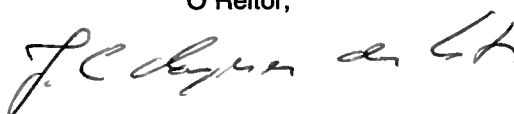
Considerando que:

1. O conselho científico da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP) aprovou, por unanimidade, uma proposta para concessão do título de doutor *honoris causa* da Universidade do Porto ao Professor Alim-Louis Benabid;
2. A proposta referida no número anterior tinha sido apresentada ao Conselho Científico da FMUP por quatro professores catedráticos.
3. A proposta referida no número 1 foi remetida ao reitor para eventual aprovação.
4. A alínea g) do número 1 do artigo 40 dos Estatutos da Universidade do Porto, publicados no D.R, 2ª série, nº 93 de 14 de Maio de 2009, comete ao reitor a competência para “aprovar a concessão de títulos ou distinções honoríficas, ouvido o senado”.
5. Foi ouvido o senado na sua reunião de 17 de outubro de 2012 tendo-se pronunciado favoravelmente por unanimidade.
6. Estão satisfeitas todas as condições para a atribuição do grau de doutor *honoris causa* exigidas pelo regulamento do doutoramento *honoris causa* da Universidade do Porto.

Concedo o título de **doutor *honoris causa*** da Universidade do Porto ao Professor **Alim-Louis Benabid**.

Reitoria da Universidade do Porto, 22 de outubro de 2012

O Reitor,



José Carlos D. Marques dos Santos

DESPACHO IPP/P-071/2012

Assunto:

APROVAÇÃO DE PROPOSTAS DE
NOVOS CICLOS DE ESTUDOS
PARA O ANO LETIVO 2013/2014

De acordo com o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 27.º dos Estatutos do Instituto Politécnico do Porto, Despacho normativo n.º 5/2009, de 2 de fevereiro, e ouvido o Conselho Académico do IPP, em reunião realizada a 26 de setembro de 2012, aprovo a criação dos seguintes novos ciclos de estudos, a submeter a acreditação prévia junto da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES):

Unidade Orgânica	Grau	Designação
ESMAE + ESE	Mestrado	Ensino da Música
ESE	Mestrado	Educação
ESTGF	Licenciatura	Sistemas de Informação para a Gestão
	Mestrado	Gestão de Projetos
ESTGF + ESTV	Licenciatura	Engenharia e Tecnologias da Madeira
ESTSP	Mestrado	Bioquímica em Saúde

Instituto Politécnico do Porto, 27 de setembro de 2012.

A Presidente do IPP


Prof. Doutora Rosário Gambôa
Professora Coordenadora

O que é a CNPD

A Comissão Nacional de Protecção de Dados é uma entidade administrativa independente com poderes de autoridade, que funciona junto da Assembleia da República.

Tem como atribuição genérica controlar e fiscalizar o processamento de dados pessoais, em rigoroso respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades e garantias consagradas na Constituição e na lei.

A Comissão é a Autoridade Nacional de Controlo de Dados Pessoais.

A CNPD coopera com as autoridades de controlo de proteção de dados de outros Estados, nomeadamente na defesa e no exercício dos direitos de pessoas residentes no estrangeiro.

SOBRE A DIREÇÃO-GERAL DAS ARTES

A Direção-Geral das Artes (DGArtes) é um serviço central da administração direta do Estado que tem por missão a coordenação e execução das políticas de apoio às artes, promovendo e qualificando a criação artística e garantindo a universalidade da sua fruição.

São atribuições da DGArtes assegurar a execução e coordenação de medidas estruturantes para as artes do espetáculo, visuais e digitais; promover a igualdade de acesso às artes, assegurando a diversificação e descentralização da criação e produção artística, bem como incentivando o desenvolvimento de mecanismos que estimulem e facilitem o acesso dos diferentes públicos; fomentar a criação, produção e difusão das artes, enquanto parceira institucional de desenvolvimento, nomeadamente através da definição de sistemas de incentivos adequados, produção de informação relevante para o setor e do reconhecimento e prémio dos percursos e projetos de mérito a nível nacional; promover e projetar, a nível internacional, criadores, produtores e outros agentes culturais portugueses, facilitando o acesso a canais de promoção e distribuição e criando os mecanismos e incentivos adequados à sua efetivação; fomentar os cruzamentos interdisciplinares das artes, articulando políticas intersetoriais, em especial nas áreas da educação e da economia, promovendo a colaboração com outros serviços e organismos da administração central e local.

Apresentação

A Direção Regional de Cultura do Algarve é um serviço periférico da Presidência do Conselho de Ministros na área da cultura, cujo âmbito geográfico de atuação está circunscrito à região do Algarve.

O Algarve tem hoje equipamentos culturais de referência - teatros, museus, bibliotecas - e um tecido cultural cada vez mais qualificado e dinâmico, tendo para isso contribuído as autarquias no seu apoio à ação cultural, bem como a criação dos cursos de Artes da Universidade do Algarve.

Por seu lado, a Direção Regional de Cultura do Algarve através da criação de programas específicos de apoio à ação cultural no Algarve, que assentam em normas e critérios previamente estabelecidos e devidamente publicitadas, conseguiu promover a corresponsabilização mútua de todos os agentes envolvidos no projeto comum de desenvolvimento cultural do Algarve.

Assim, o Algarve tem vindo a afirmar-se culturalmente, sendo esse reconhecimento traduzido, quer através da afluência de público às atividades promovidas, dinamizadas ou apoiadas pela Direção Regional de Cultura do Algarve, quer pelo estreitamento de contactos, cooperação e parcerias estabelecidas com associações culturais e autarquias, quer, finalmente, pela mediatização de muitos projetos e agentes culturais da região, começando a esboçar-se, ainda que, informalmente, uma rede regional de cultura.

Esta Direção procurará dar continuidade aos grandes objetivos da política cultural do governo, interpretando-os e traduzindo-os, no quadro das suas competências, à escala do Algarve, desenvolvendo parcerias adequadas com outros organismos desconcentrados, com as autarquias, escolas e universidade, através da celebração de acordos ou protocolos de cooperação.

A ESHTe APRESENTA-SE

A Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTe) criada em 1991 pelo Decreto-Lei n.º 374/91, de 8 de outubro, é um Estabelecimento Público de Ensino Superior Politécnico, tutelado pelo Ministério da Educação e Ciência.

Os Estatutos, homologados pelo Despacho Normativo n.º 44/2008, de 01 de setembro, reafirmam a sua natureza de escola politécnica não integrada e conferem-lhe atribuições no sentido da criação, transmissão e difusão de conhecimentos relacionados com o exercício de atividades profissionais altamente qualificadas, nas áreas do Turismo, da Hotelaria e da Restauração, e muito em especial, para:

- a “interação com o mercado de trabalho e de emprego nas perspetivas académica, da prática profissional e da adequação às oportunidades de exercício da atividade”
- a “criação de um centro de excelência no apoio ao desenvolvimento da atividade turística e hoteleira, profissional e empresarial”
- a “realização de investigação fundamental aplicada”.

A ESHTe constitui, assim, um centro de formação cultural e técnica de nível superior para preparar profissionais que possam dar resposta aos desafios que se colocam ao setor empresarial e institucional do Turismo.

Através de uma preparação técnica e científica objetivada em função das necessidades do setor, os diplomados pela ESHTe perspetivam-se como verdadeiros agentes de mudança, capazes de enfrentar oportunidades e desafios, num contexto de grandes incertezas e de forte competitividade.

a CNPD
Direitos dos Cidadãos
Notificação/Formulários
Perguntas mais Frequentes
Registo Público
Orientações da CNPD
Decisões
Relações Públicas
Relatórios
Atividade Internacional
Legislação
Jurisprudência
Ligações

Conferência LIBERDADE - SEGURANÇA - PRIVACIDADE



[Clique para ver o cartaz do evento](#)

CNPD termina averiguação à AT

A CNPD aprovou hoje a [Deliberação n.º 569/2015](#), sobre a averiguação realizada à AT, na sequência de notícias que davam conta da existência de eventuais acessos abusivos. Na deliberação, a CNPD determina que a AT adote um conjunto de medidas técnicas e organizacionais que efetivamente assegurem a proteção dos dados pessoais de cada um e de todos os cidadãos (31.3.2015).



Perguntas mais frequentes
Registo Público
Orientações da CNPD
Decisões
Relações Públicas
Relatórios
Atividade Internacional
Legislação
Jurisprudência
Ligações

Plano de Atividades para 2015

- O aprofundamento de áreas temáticas, como o cloud computing ou as smart cities, o acompanhamento de dossiês específicos como o relativo aos sistemas de aeronaves tripuladas remotamente e o tratamento de dados pessoais, a realização de fiscalizações na parte nacional dos sistemas de informação europeus ou o reforço da cooperação institucional com a Academia são algumas das vertentes do trabalho que a CNPD integrou no seu [Plano de Atividades](#) para este ano e que vão nortear a sua atuação.(01.06.2015)

Geolocalização no contexto laboral

- A CNPD já emitiu as suas orientações gerais sobre a utilização de tecnologias de geolocalização no contexto laboral. Na [Deliberação n.º 7680/2014](#), de 28 de outubro, a CNPD aprecia o uso de dispositivos de geolocalização instalados em veículos e em dispositivos móveis inteligentes, como os telemóveis ou os computadores portáteis, e estabelece os fins específicos e as condições em que se admite os tratamentos de dados pessoais. Em breve, a CNPD irá disponibilizar um formulário eletrónico específico para a notificação deste tipo de tratamentos de dados, permitindo a emissão célere de autorizações.(17.11.2014)



- GOVERNO DE PORTUGAL | SEC
- DGARTES
- APOIO ÀS ARTES
- CANDIDATURAS A APOIOS
- RESULTADOS DOS CONCURSOS
- AÇÕES NACIONAIS
- AÇÕES INTERNACIONAIS
- LIVRARIA ONLINE
- IMPRENSA
- NEWSLETTER
- LINKS ÚTEIS
- CONTACTOS



**APOIO ÀS ARTES 2015 - DIVULGAÇÃO
DAS LISTAS FINAIS DE
CANDIDATURAS ADMITIDAS E NÃO
ADMITIDAS NAS MODALIDADES DE
APOIO PONTUAL E APOIO À
INTERNACIONALIZAÇÃO**

Já são conhecidas as listas finais de candidaturas admitidas e não admitidas no âmbito dos Programas de Apoio Direto às Artes 2011/5, nas modalidades de Apoio Pontual e Apoio à Internacionalização.

Vencedores dos Prêmios de Design serão conhecidos em setembro, na inauguração da exposição com os projetos dos 28 designers selecionados.

Os Prémios de Design Português 2015, instituídos em homenagem a três grandes protagonistas do panorama do design nacional, criados no âmbito do Ano do Design Po (...)

"I will be your mirror - poems and problems" - Representação Oficial Portuguesa na Bienal de Arte de Veneza - até 22 de novembro no Palazzo Loredan

A exposição "I Will Be Your Mirror - Poems and Problems", do artista João Louro, comissariada por Maria de Corral, ocupa, desde o dia 9 de maio, as salas de bi (...)

**Comissões do 32º Bienal
Internacional de S. Paulo visitam
artistas, ateliês, exposições, galerias
e museus portugueses**

A Direção-Geral das Artes, no âmbito de uma das suas atribuições mais importantes de promoção e projeção, a nível internacional, de criadores, produtores e (...)



O Teatro do Bairro apresenta "Quatro Santos em três actos", do encenador António Pires, no Festival Atitudes

No próximo sábado, dia 8 de agosto, o novo projeto de Antônio Pires e Luísa Costa Gomes, pode ser viável...



O Teatro Regional da Serra de Montemor organiza mais uma edição do Festival ALTITUDES, de 8 a 15 de agosto

A Serra de Montemuro volta a ser palco do Festival Altitudes, que arranca no próximo sábado, dia 8(...)



CAIXA A SUL

Próximo concerto da Estação das Orquestras: OCS no "Festival Coice a Sul 2015", a 5 de agosto, na Fuseta

O Festival Caixa a Sul, promovido pela Caixa Geral de Depósitos em parceria com a Orquestra Clássica(...)

AGENDA ONLINE

Agosto

D	S	T	O	S	S	
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

PESQUISA

Secções

OK

DESTAQUES

- Comunicado
- Newsletter Agenda # 172 -
► Projetos apoiados pela
DGA/Artes a decorrer entre 6 e
12 de agosto
- "I Will Be Your Mirror - Poems
And Problems" -
► Representação Oficial
Portuguesa na Bienal De Arte
de Veneza 2015
- Estação das Orquestras 2015:
► mais de 100 concertos até 30
de setembro de norte a sul do
país
- Pegada Cultural - Artes e
Educação (programa de
financiamento internacional
EEA Grants)
- Apoio às artes 2014: listagem
► de entidades apoiadas e
montantes atribuídos por
modalidade de apoio
- Orquestra de Jovens da União
► Europeia > Candidatos
apresentados para a Audição Final
- "Em Cada Rosto Igualdade" -
a DGA/Artes e o V Plano Para a
► Igualdade de Género,
Cidadania e Não-
discriminação 2014-2017
- Facebook



- Politécnico do Porto
- Candidaturas
- Estudar no IPP
- Emprego, Inovação e Empreendedorismo
- Escolas
- EU.IPP.PT
- IPP I&D
- IPP Cultura
- IPP Internacional
- IPP Solidário
- IPP Desporto
- Recursos Humanos
- Documentação
- Requerimentos



**ME310
STANFORD**
PÓS-GRADUAÇÃO EM PRODUCT INNOVATION

Cursos TeSP

**PORTAL DE
EMPREGO**



Login

Username Unidade

Password

Politécnico do Porto

Rua Dr. Roberto Frias
4200 - 465 Porto
Tel. 22 557 1000
Fax. 22 502 07 72

<http://www.ipp.pt>

Instalação do Certificado
Digital do IPP



CURSOS IPP **ISEP** **ISCAP** **ESE** **ESMAE** **ESEIG** **ESTGF** **ESTSP**

**OFERTA
FORMATIVA**
2015/2016

Licenciaturas
Mestrados
CET's
Pós-Graduações



- Notícias IPP**
- Noticias Externas
- Clipping
- Newsletter
- Bol. Temático

**POLITÉCNICO
DO PORTO**

Programa Retomar apoia reingresso no Ensino Superior

O Programa Retomar tem como grande objetivo permitir o regresso à educação e formação, em contexto de ensino superior, de estudantes que pretendam completar formações anteriormente iniciadas ou realizar uma formação diferente ... »»

**POLITÉCNICO
DO PORTO**

IPP | Serviços da Presidência encerrados de 10 a 21 de agosto

Os Serviços da Presidência do Instituto Politécnico do Porto estarão encerrados no período compreendido entre 10 e 21 de agosto de 2015. »»

**POLITÉCNICO
DO PORTO**

IPP | Melhor Curso de Desenvolvimento de Produto do mundo vai decorrer no Politécnico do Porto

Há 40 anos a funcionar de forma consecutiva na Universidade de Stanford, na Califórnia, o ME310, o melhor curso de desenvolvimento de Produto do mundo vai decorrer, ao longo de um ano, no Politécnico do Porto, mais concretame ... »»

ESTSP **POLITÉCNICO
DO PORTO**

ESTSP.IPP | Estágios remunerados para licenciados ou mestres da ESTSP

A Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Politécnico do Porto abriu candidaturas a mais dois estágios internos para diplomados ou mestres da ESTSP. As candidaturas terminam no dia 7 de Agosto. »»

**POLITÉCNICO
DO PORTO**

IPP | FAP debate futuro do ensino superior no IPP

A sala de atos do edifício dos serviços centrais do Politécnico do Porto recebe, no dia 24 de Julho, às 15h00, o debate "Refletir o presente e ousar o futuro: por um ensino superior de excelência". Este debate é organizado pela ... »»

ESTSP **POLITÉCNICO
DO PORTO**

ESTSP.IPP | Estágio remunerado para licenciado em Ciências da Informação e da Documentação da ESEIG

A Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Politécnico do Porto abriu candidaturas a um estágio interno para diplomados em Ciências da Informação e da Documentação da ESEIG, no âmbito dos estágios para diplomados IPP. As can ... »»

ESMAE **POLITÉCNICO
DO PORTO**

ESMAE.IPP | Ópera inédita em Portugal no Mosteiro São Bento da Vitória

A ESMAE apresenta a Ópera Ordo Virtutum de Hildegard von Bingen, no Mosteiro de São Bento da Vitória, nos dias 18 e 19 de Julho. »»

**POLITÉCNICO
DO PORTO**

IPP | OpenDay para a Empregabilidade

No dia 23 de julho de 2015, decorre o OpenDay PARA A EMPREGABILIDADE organizado pelo Gabinete do Estudante dos Serviços da Presidência do Instituto Politécnico do Porto.O seu programa apresenta um roteiro de atividades total ... »»

**POLITÉCNICO
DO PORTO**



IPP TV | Lançamento do livro Pintura Portuguesa Contemporânea

No dia 10 de Julho realizou-se no Museu Soares dos Reis o lançamento do livro Pintura Portuguesa Contemporânea - Coleção Politécnico do Porto. »»

ESTGF **POLITÉCNICO
DO PORTO**

ESTGF.IPP | Docente da ESTGF convidada do Centre for Cooperative Studies da University College Cork

A Professora Marisa Ferreira é, durante os meses de junho e julho, investigadora convidada do Centre for Co-operative Studies da University College Cork, na Irlanda. »»

[Ver todas as notícias](#)

Novo Cartão IPP

Serviços Académicos

Gabinete do Estudante

Serviços de Ação Social

Avaliação Institucional

Bolsas de Integração na I&D

Eleições intercalares

Projeto SAMA

Guia ECTS

RECIPP

PAPRE

e-IPP

BPIM



<	Agosto de 2015							>
dom	seg	ter	qua	qui	sex	sáb		
26	27	28	29	30	31	1		
2	3	4	5	6	7	8		
9	10	11	12	13	14	15		
16	17	18	19	20	21	22		
23	24	25	26	27	28	29		
30	31	1	2	3	4	5		

Hoje no IPP

Sem eventos agendados

[Ver a agenda completa](#)



MEDIADOR DO CRÉDITO

LEGISLAÇÃO

COMPETÊNCIAS

PEDIDOS DE MEDIAÇÃO

OUTROS PEDIDOS

PUBLICAÇÕES

LITERACIA

ATIVIDADE DE CRÉDITO

MEDIADOR DO CRÉDITO

O Decreto-Lei n.º 144/2009, de 17 de Junho, introduziu no ordenamento jurídico português a figura do Mediador do Crédito, cuja actividade visa a **defesa e a promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos de quaisquer pessoas ou entidades em relações de crédito**, designadamente no domínio do crédito à habitação, com vista a contribuir para melhorar o **acesso ao crédito** junto do sistema financeiro.

Com a mediação pretende-se **fomentar a comunicação entre as partes**, no sentido de se conseguir uma alternativa viável na resolução de litígios nas relações de crédito, quando se tenham esgotado todas as hipóteses de entendimento entre os clientes bancários e as instituições de crédito.

Para que o acesso aos serviços financeiros seja uma realidade acessível a todos os cidadãos é fundamental que haja um esforço coordenado, quer das instituições financeiras, quer do próprio Estado, no sentido de toda a informação prestada aos clientes bancários ser, por um lado, esclarecedora e, por outro lado, o mais compatível possível com o nível de conhecimentos desses clientes. Para tal desiderato, assume particular relevância a função do Mediador do Crédito como garante na promoção da **literacia financeira**.

Na sequência da publicação do diploma acima referido, João José Amaral Tomaz foi nomeado primeiro Mediador do Crédito, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-A/2009, tendo exercido esta função entre 1 de Agosto de 2009 e 13 de Setembro de 2011.

Em 12 de Janeiro de 2012, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2012, Maria Clara Domingues Machado foi nomeada Mediador do Crédito, tendo iniciado funções a 1 de Fevereiro de 2012. Em 22 de Maio de 2014, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2014, Maria Clara Domingues Machado foi reconduzida como Mediador do Crédito, com efeitos reportados a 2 de Fevereiro de 2014.

O Mediador do Crédito funciona junto do Banco de Portugal, na Rua do Crucifixo n.º 7- 2º, 1100-182 Lisboa, com o endereço de correio electrónico: mediador.do.credito@bportugal.pt.

>

Legislação
Documentação

<

Diário da República Eletrónico

➤ Titulares de altos cargos públicos

Núcleo de Assessoria Técnica
Rua do Vale de Pereiro, n.º 2, 1269-113 Lisboa-Portugal
Tel: 213 820 396/7
Fax: 213 847 030
Email: correio.nat@pgr.pt



PROVEDOR DE JUSTIÇA

Na defesa do Cidadão: perceber para prover.

Provedor de Justiça

Uma instituição aberta aos cidadãos,

dedicada à defesa e promoção dos seus direitos fundamentais, enquanto elementos estruturantes de uma sociedade humanamente organizada e de um Estado de Direito democrático.

1975 PROVEDOR DE JUSTIÇA
2015 40 ANOS COM O CIDADÃO



PROVEDOR
DE
JUSTIÇA



1 2 3 4

O PROVEDOR

APRESENTAR QUEIXA

ATIVIDADE

DOCUMENTAÇÃO

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DESTAQUES

Notícias | 2015-07-22

Provedor de Justiça recomendou a revogação dos atos que determinaram a colocação em situação de requalificação de trabalhadores do Instituto de Segurança Social, I.P.

Notícias | 2015-07-08

Provedor de Justiça recomenda alterações ao regime do estacionamento para pessoas com deficiência

Notícias | 2015-06-30

Razões de uma razão (XI)

"40 ANOS COM O CIDADÃO"

Evento

15 de julho: Ciclo de cinema sobre Direitos Humanos em parceria com a Cinemateca Portuguesa – exibição do filme *This land is mine* do realizador Jean Renoir e debate

Evento

15 de julho: Provedor de Justiça celebra os 40 anos com emissão filatélica em parceria com os CTT

Evento

1 de junho: Provedor de Justiça na Defesa dos Direitos das Crianças – Comemorou o Dia Internacional da Criança com um concerto pela Orquestra Geração de Vialonga que teve lugar no auditório da Fundação Oriente (Museu do Oriente), em Lisboa.

RECOMENDAÇÕES
DO PROVEDOR



RELATÓRIO DE
ATIVIDADES



INSTITUIÇÃO NACIONAL DE
DIREITOS HUMANOS



ACESSOS RÁPIDOS



LINHA DA CRIANÇA



Linha do
CIDADÃO IDOSO



Linha do
CIDADÃO COM DEFICIÊNCIA



Formulário Online
QUEIXA ELETRÓNICA



Linha Azul

808 200 084



Atendimento personalizado e directo
dias úteis entre as 9h:30m e as 17h:30m

Entra na Página do Provedor
Amiga das Crianças

CLICA AQUI



Você está em: Início > Página Inicial

Reitoria da Universidade do Porto



[Apresentação](#)



[Como chegar?](#)



[Portal TIC](#)



[Repositório U.Porto](#)



[Biblioteca Virtual](#)

agosto / setembro 2015

D	S	T	Q	Q	S	S
09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31	01	02	03	04	05
06	07	08	09	10	11	12

Todos



Filtrar

Ligações a

- U.Porto
- Faculdades
- SASUP
- SPUP

Ligações Úteis

- Notícias U.Porto
- TVU.
- JornalismoPortoNet
- Facebook
- Twitter

- Saúde e bem-estar

- Apontadores

Opções

- Recrutamentos em Vigor
- Processos de Recrutamento

- Secretariado
- Acesso a Recursos

Sistema de Informação

- Sobre o SIGARRA



[Mais Notícias >>](#)

Agenda

- 02 de mar a 01 de jan
[Coleção Egípcia da Universidade do Porto encerra por tempo indeterminado](#)
- 26 de abr a 05 de dez
[Visitas Guiadas Pela História Do Porto](#)
- 08 de jun a 31 de dez
[Manuel Duarte Baganha é a Figura Eminente da U.Porto 2015](#)

[Mais Eventos >>](#)

Universidade do Porto - Reitoria
Praça Gomes Teixeira, 4099-002 Porto PORTUGAL



Telefone: +351 220 408 000



Fax: +351 220 408 186 / 7



URL: <http://www.reit.up.pt>



E-mail: reitoria@reit.up.pt

Bem-vindos ao sítio do IPP

Somos uma instituição que acredita que a comunicação e a interacção entre as pessoas é o principal motor do desenvolvimento e da inovação. É nesta convicção que abrimos aqui as portas aos que já fazem parte do universo IPP, aos que aspiram a juntar-se a nós e à comunidade que nos rodeia e que, com orgulho, servimos.

Como Instituição de Ensino Superior, é a partir da articulação ensino-conhecimento, que consideramos central, que concebemos o nosso presente-futuro, a capacidade de nos afirmarmos pela recriação permanente e inovadora de nós mesmos. O nosso capital são as pessoas, os projectos, o conhecimento e a cultura que produzimos e disseminamos, a competência e profissionalismo dos nossos diplomados, dos nossos funcionários, docentes e investigadores. Este site serve e testemunha este património comum, construído diariamente, e a nossa vontade de partilha como modo de estar e ser: um espaço virtual onde construímos pontes para o diálogo e conhecimento recíproco.

Desejo a todos uma boa navegação.

A rede é vossa.

Bem-vindos ao nosso universo IPP.

Rosário Gambôa

Presidente

MEDIADOR DO CRÉDITO

O Decreto-Lei n.º 144/2009, de 17 de Junho, introduziu no ordenamento jurídico português a figura do Mediador do Crédito, cuja actividade visa a **defesa e a promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos de quaisquer pessoas ou entidades em relações de crédito**, designadamente no domínio do crédito à habitação, com vista a contribuir para melhorar o **acesso ao crédito** junto do sistema financeiro.

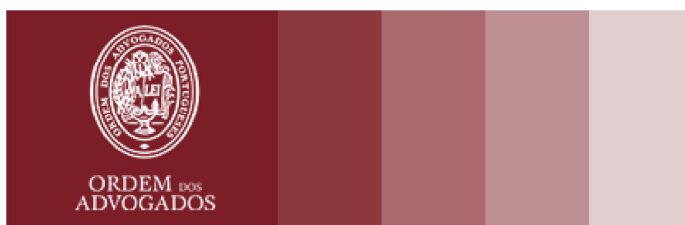
Com a mediação pretende-se **fomentar a comunicação entre as partes**, no sentido de se conseguir uma alternativa viável na resolução de litígios nas relações de crédito, quando se tenham esgotado todas as hipóteses de entendimento entre os clientes bancários e as instituições de crédito.

Para que o acesso aos serviços financeiros seja uma realidade acessível a todos os cidadãos é fundamental que haja um esforço coordenado, quer das instituições financeiras, quer do próprio Estado, no sentido de toda a informação prestada aos clientes bancários ser, por um lado, esclarecedora e, por outro lado, o mais compatível possível com o nível de conhecimentos desses clientes. Para tal desiderato, assume particular relevância a função do Mediador do Crédito como garante na promoção da **literacia financeira**.

Na sequência da publicação do diploma acima referido, João José Amaral Tomaz foi nomeado primeiro Mediador do Crédito, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-A/2009, tendo exercido esta função entre 1 de Agosto de 2009 e 13 de Setembro de 2011.

Em 12 de Janeiro de 2012, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2012, Maria Clara Domingues Machado foi nomeada Mediador do Crédito, tendo iniciado funções a 1 de Fevereiro de 2012. Em 22 de Maio de 2014, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2014, Maria Clara Domingues Machado foi reconduzida como Mediador do Crédito, com efeitos reportados a 2 de Fevereiro de 2014.

O Mediador do Crédito funciona junto do Banco de Portugal, na Rua do Crucifixo n.º 7- 2º, 1100-182 Lisboa, com o endereço de correio electrónico: mediador.do.credito@bportugal.pt.



Início > A Ordem > História > Resumo Histórico

RESUMO HISTÓRICO

Breve história

A Ordem dos Advogados, criada pelo Decreto n.º 11 715, de 12 de Junho de 1926, remonta à primeira metade do séc. XIX, tendo origem na Associação dos Advogados de Lisboa, cujos Estatutos foram aprovados em 1838.

Após vários projectos não concretizados, deve-se ao Ministro da Justiça, Prof. Doutor Manuel Rodrigues, o impulso decisivo que conduziu à criação da Ordem dos Advogados Portugueses.

O Ministro da Justiça encarregou a organização da Ordem ao Presidente da Associação dos Advogados de Lisboa, Dr. Vicente Rodrigues Monteiro, que viria a ser o seu primeiro Bastonário, no triénio de 1927-1929.

A Ordem dos Advogados, inicialmente instalada na sede da Associação dos Advogados de Lisboa, na Rua da Emenda, arrendou, em 1936, à Companhia dos Tabacos de Portugal, o 1.º andar do Palácio Regaleira, edifício setecentista, sito no Largo de S. Domingos, em Lisboa. Três anos mais tarde, a 24 de Maio de 1939, aí seria inaugurada, em cerimónia solene, a nova Casa dos Advogados Portugueses, com a presença do Chefe de Estado, General Carmona.

Em 1931, teve início a publicação do Boletim da Ordem dos Advogados; em 1932 foi aberta a Biblioteca, que viria a tornar-se numa das primeiras bibliotecas jurídicas portuguesas; em 1939, foi criado o Instituto da Conferência e atribuído, pela primeira vez, o título de Advogado Honorário; em 1941, começou a publicar-se a Revista da Ordem dos Advogados; em 1947, foi criada a Caixa de Previdência da Ordem dos Advogados que, em 1960, passou a integrar também os Solicitadores, designando-se, desde 1978, Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

Na comemoração do XXV aniversário da fundação, em 1951, a Ordem dos Advogados foi condecorada, em sessão solene presidida pelo Presidente da República, com o Grande Oficialato da Ordem de São Tiago de Espada.

No mandato do Bastonário Angelo d'Almeida Ribeiro, teve lugar em Lisboa, entre 16 e 19 de Novembro de 1972, o I Congresso Nacional dos Advogados, que voltaria a realizar-se em 1985 (II Congresso, Lisboa, 19 a 22 de Dezembro); em 1989 (I Congresso Extraordinário, Lisboa, 4 a 7 de Maio); em 1990 (III Congresso, Porto, 25 a 28 de Outubro); em 1995 (IV Congresso, Funchal, 18 a 21 de Maio); em 2000 (V Congresso, Lisboa, 17 a 20 de Maio), em 2005 (VI Congresso, Vilamoura, 17 a 19 de Maio) e em 2011 (VII Congresso, Figueira da Foz, 11 a 13 de Novembro).

Por deliberação do Conselho Geral, de 10 de Novembro de 1989, foi instituída a Medalha de Ouro da Ordem dos Advogados, e atribuída aos Presidentes da República Dr. Mário Soares e Dr. Jorge Sampaio; aos Bastonários Prof. Doutor Adelino da Palma Carlos e Dr. Angelo d'Almeida Ribeiro, aos advogados Dr. Salgado Zenha, Dr. Francisco Sá Carneiro, Dr. Roberto António Busato, ao Dr. Cezar Britto e aos Profs. Doutores Jorge de Figueiredo Dias, Germano Marques da Silva, Jorge Miranda, J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira.

A 19 de Maio de 1992 comemorou-se, pela primeira vez, o Dia do Advogado, Dia de Santo Ivo, com a presença do Presidente da República que, na ocasião, distinguiu a Ordem dos Advogados com o título de Membro Honorário da Ordem da Liberdade.

Por deliberação do Conselho Geral, de 16 de Abril de 2004, foi criada a Medalha de Honra da Ordem dos Advogados, atribuída pela primeira vez ao Presidente do *Conseil des Barreaux de l'Union Européenne*, Hans Jurgen Hellwig.

O Estatuto da Ordem dos Advogados regulamenta os mais importantes aspectos relacionados com a organização e funcionamento da Instituição representativa dos Licenciados em Direito que exercem a Advocacia e estabelece o quadro deontológico do exercício da actividade. O Estatuto actualmente em vigor foi aprovado recentemente pela Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro.

A Ordem dos Advogados é uma associação pública independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma nas suas regras.

Boas-vindas

8 abr 2015



Sejam Bem-Vindos!

O Portal do Ministério Público constitui-se como um importante instrumento de comunicação com a comunidade, no seu conjunto, mas também com todos e cada um dos cidadãos. Privilegia-se a informação sobre a natureza, as características, a estrutura organizativa e as competências constitucionalmente atribuídas a esta magistratura e assume-se a divulgação da atividade desenvolvida, nas diversas jurisdições, pelos vários órgãos do Ministério Público, como vertente essencial da prestação de contas, que a todos nos obriga.

O Ministério Público detém especiais responsabilidades na defesa da legalidade democrática, no exercício da ação penal e na defesa dos direitos dos cidadãos, designadamente dos mais vulneráveis. Compete-lhe, também, como magistratura de iniciativa e hierarquizada, a promoção da igualdade do cidadão face à lei.

Mas o exercício efetivo dos direitos depende, em muito, do conhecimento sobre os mesmos e das reais condições para a sua concretização.

O conteúdo deste portal, abrangendo toda a estrutura do Ministério Público e todas as matérias da sua competência, apresenta-se como mais um contributo desta magistratura para o direito à informação e para a promoção do acesso do cidadão à justiça.

O Ministério Público estará, sempre, dependente daqueles a quem se dirige a sua ação.

A avaliação da qualidade e da utilidade deste Portal será, essencialmente, efetuada por todos os que acederem a esta página e pelo uso que dela fizerem.

Também por isso, um agradecimento especial pela vossa visita!

A Procuradora-Geral da República
Joana Marques Vidal

Mandato do Provedor de Justiça

A figura do Provedor de Justiça, diretamente inspirada na do Ombudsman sueco nascido no início do século XIX, foi introduzida em Portugal pelo Decreto-Lei n.º 212/75, de 21 de abril. Em 1976, ganharia assento constitucional por via do então artigo 24.º da Constituição, atual artigo 23.º.

A consagração constitucional do Provedor de Justiça nos Princípios Gerais da Parte I do texto constitucional, relativa aos direitos e deveres fundamentais, confere a este órgão do Estado uma proteção acrescida. Ao invés da simples garantia institucional, o Provedor de Justiça vem consagrado no quadro dos valores constitucionais como um direito das pessoas, beneficiando assim do regime geral dos direitos fundamentais e do regime especial dos direitos, liberdades e garantias. A esta luz, emergente do escopo constitucional que lhe é conferido, o Provedor de Justiça é, de jure, um órgão constitucional de garantia dos direitos fundamentais e, mais em geral, dos direitos humanos.

Coube, depois, ao legislador ordinário estabelecer o respetivo Estatuto, através da Lei n.º 81/77, de 22 de novembro, entretanto revogada pela Lei n.º 9/91, de 9 de abril, que por seu turno veio a ser alterada pelas Leis n.ºs 30/96 e 52-A/2005, respetivamente, de 14 de agosto e de 10 de outubro.

No essencial, a Constituição e a Lei recortam o Provedor de Justiça como um órgão do Estado unipessoal, inamovível, completamente independente e imparcial no exercício das suas funções, e dotado de legitimidade parlamentar.

O titular do cargo é designado pela Assembleia da República, por maioria qualificada de dois terços dos deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções. O mandato é de quatro anos, renovável apenas uma vez, não podendo as suas funções cessar antes do termo do período por que foi designado, salvo nos casos previstos na lei (artigos 23.º, n.º 3, e 163.º, alínea h) da Constituição e artigos 5.º a 7.º do Estatuto).

Ademais, o Provedor de Justiça é isento de responsabilidade civil e criminal pelas recomendações, reparos ou opiniões que emita ou pelos atos que pratique no exercício das suas funções (artigo 8.º, n.º 1 do Estatuto).

A função principal do Provedor de Justiça é defender e promover os direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos dos cidadãos, assegurando, através de meios informais, a justiça e a legalidade do exercício dos poderes públicos (artigos 23.º da Constituição e 1.º do Estatuto).

No plano subjetivo, o seu âmbito de atuação abrange, nomeadamente, os serviços da administração pública central, regional e local, as Forças Armadas, os institutos públicos, as empresas públicas ou de capitais maioritariamente públicos ou concessionárias de serviços públicos ou de exploração de bens do domínio público (artigo 2.º, n.º 1 do Estatuto).

Excluídos ficam os órgãos de soberania (Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Tribunais), bem como os Parlamentos Regionais e os Governos próprios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, em tudo aquilo que não se reconduzir à sua atividade administrativa ou a atos praticados na superintendência da Administração. Daqui resulta que os poderes de fiscalização e controlo do Provedor de Justiça não se estendem à atividade política stricto sensu, nem à atividade judicial (artigo 22.º, n.ºs 2 e 3 do Estatuto).

Por outro lado, a noção de poderes públicos não esgota hoje o domínio de intervenção deste órgão do Estado, embora configure o seu âmbito principal. Desde 1996, o Provedor de Justiça pode também intervir nas relações entre particulares, mas somente quando exista uma especial relação de domínio e se esteja no âmbito da proteção de direitos, liberdades e garantias (artigo 2.º, n.º 2 do Estatuto).

A intervenção do Provedor de Justiça tem por base, a apresentação de uma queixa (artigos 23.º, n.º 1, da Constituição e 3.º do Estatuto). Contudo, é também possível que essa intervenção se faça por iniciativa própria (artigos 4.º e 24.º, n.º 1 do Estatuto), relativamente a factos que, por qualquer outro modo, cheguem ao seu conhecimento, quer por intermédio da comunicação social, quer dos alertas provenientes das ONG e dos relatórios de organizações internacionais, quer pela sua sensibilidade natural de diagnosticar as situações mais problemáticas de âmbito nacional, quer, ainda, pela especial acuidade com que analisa as queixas e delas retira o seu denominador comum, tipificando e analisando as matérias ou questões que careçam de análise mais profunda. Tem assim, o Provedor de Justiça, total autonomia para, atuando por sua própria iniciativa, investigar, fiscalizar, denunciar irregularidades e recomendar alterações visando a melhoria dos serviços públicos. Neste contexto, o Provedor de Justiça pode orientar a sua atuação no sentido da prevenção da má conduta dos poderes públicos e da instauração de uma cultura administrativa, e bem assim, do acompanhamento das políticas públicas.

A atividade do Provedor de Justiça é independente dos meios gratuitos e contenciosos previstos na Constituição e nas leis (artigo 23.º, n.º 2, da Constituição e artigos 4.º e 21.º, n.º 2 do Estatuto).

Para o exercício da sua missão, são múltiplas as competências e poderes que a lei comete ao Provedor de Justiça enquanto órgão constitucional de tutela dos direitos fundamentais. Sinteticamente, nos termos dos artigos 20.º e 21.º, 23.º e 38.º do Estatuto, o Provedor de Justiça pode:

- Dirigir recomendações aos órgãos competentes, com vista à correção de atos ilegais ou injustos dos poderes públicos ou à melhoria dos respetivos serviços (recomendações administrativas). Caso a administração não atue de acordo com as suas recomendações, ou se esta se recusar a prestar a colaboração solicitada, o Provedor de Justiça pode dirigir-se à Assembleia da República, expondo os motivos da sua tomada de posição ou, no caso das autarquias locais, às respetivas Assembleias deliberativas;
- Assinalar as deficiências de legislação que verificar, emitindo recomendações para a sua interpretação, alteração ou revogação, ou sugestões para a elaboração de nova legislação (recomendações legislativas);
- Requerer ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade ou de ilegalidade de normas, bem como a apreciação e verificação de inconstitucionalidade por omissão, nos termos da Constituição;
- Emitir parecer, a solicitação da Assembleia da República, sobre quaisquer matérias relacionadas com a sua atividade; o Provedor de Justiça pode ainda, sempre que se trate de assuntos da sua competência, tomar parte nos trabalhos das comissões parlamentares competentes, quando o julgar conveniente e sempre que estas solicitem a sua comparência;
- Promover a divulgação do conteúdo e da significação de cada um dos direitos e liberdades fundamentais, bem como da finalidade da instituição do Provedor de Justiça, dos meios de ação de que dispõe e de como a ele se pode fazer apelo;

- Intervir na tutela dos interesses coletivos ou difusos quando estiverem em causa entidades públicas;
- Efetuar, com ou sem aviso, visitas de inspeção a todo e qualquer setor da actividade da administração, central, regional e local, designadamente, serviços públicos e estabelecimentos prisionais civis e militares, ou a quaisquer entidades sujeitas ao seu controlo;
- Proceder a todas as investigações e inquéritos que considere necessários ou convenientes;
- Procurar, em colaboração com os órgãos e serviços competentes, as soluções mais adequadas à tutela dos interesses legítimos dos cidadãos e ao aperfeiçoamento da ação administrativa.

Para a prossecução das suas funções, a lei atribui ao Provedor de Justiça amplos poderes, designadamente, proceder às investigações e inquéritos que considere necessários, realizar visitas de inspeção⁴ (artigo 21.º, n.º 1, alíneas a) e b) e exercer o poder de convocatória (artigo 29.º, n.º 5 do Estatuto). Correspondentemente, impõe aos funcionários e agentes das entidades públicas, civis e militares, um dever de cooperação definido também em termos amplos (artigo 23.º, n.º 4, da Constituição e artigos 21.º e 29.º do Estatuto). Tratando-se de um dever jurídico, o seu incumprimento constitui crime de desobediência, sendo, também, passível de procedimento disciplinar (artigo 29.º, n.º 6 do estatuto).

O Provedor de Justiça integra o Conselho de Estado.

Apresentação

A Reitoria é o núcleo central da organização da [Universidade do Porto](#).

Para além do serviço de apoio administrativo aos órgãos de governo, outros serviços fazem parte da Reitoria. Entre estes contam-se a Formação e Organização Académica - que coordena e colabora com as Unidades Orgânicas no que se refere à oferta de formação pré-graduada, pós-graduada e formação contínua -, as Relações Internacionais - serviço ao qual compete a promoção da política de cooperação com as universidades estrangeiras e o apoio à internacionalização da U.Porto - e a Universidade Digital, responsável por promover a generalização da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação em todas as atividades da Universidade do Porto, bem como por incentivar o desenvolvimento e a utilização de serviços inovadores nesta área. A lista de serviços que fazem parte da Reitoria encontra-se na entrada [Serviços](#) deste sítio Web.

A Fundação Gomes Teixeira foi extinta por escritura pública realizada no dia 31 de outubro de 2013, conforme recomendação do Governo de Portugal, na sequência do processo de avaliação das Fundações. Qualquer assunto relacionado com esta Fundação deverá ser encaminhado para a Reitoria da Universidade do Porto ao cuidado de Henrique Lacerda (hlacerda@reit.up.pt).

O sítio Web da Reitoria, tal como o das diversas [entidades constitutivas da Universidade do Porto](#) constrói-se a partir do sistema de informação [SIGARRA](#).

Na origem da Reitoria estiveram uma secretaria e uma tesouraria, criadas em 1911 pelo mesmo diploma que promulgou a primeira Constituição Universitária. A dimensão e a complexidade dos serviços foram-se avolumando ao longo dos anos, a par do crescimento e desenvolvimento da Universidade do Porto.

Desde os primórdios que a Reitoria utilizou as mesmas instalações que a [Faculdade de Ciências](#), a Escola de Engenharia anexa àquela Faculdade, a Faculdade Técnica (depois [Faculdade de Engenharia](#)) a partir de 1915, a primeira [Faculdade de Letras](#), criada em 1919, a [Faculdade de Economia](#), a partir de 1953, os museus e institutos de Zoologia, Geologia e Antropologia e, ainda, os institutos de Matemática, Física e Química. Apesar de o espaço ser reduzido face ao número de ocupantes, a Reitoria manteve-se no edifício herdado da [Academia Politécnica](#) até 1976, ano em que foi obrigada a transferir-se para o imóvel do antigo Comando do ex-CICAP, na Rua de D. Manuel II, em consequência do incêndio ocorrido dois anos antes.

O primeiro desenho do [edifício histórico da U.Porto](#), da autoria do arquiteto e professor José da Costa e Silva, foi mais tarde revisto por Carlos Amarante, arquiteto e engenheiro de pontes. Para a construção, que demorou mais de um século a concretizar-se, contribuíram a Câmara Municipal do Porto e a Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro através do imposto do *real de vinho* ou *subsídio literário*.

Originalmente, este espaço foi pertença do Colégio dos Meninos Órfãos, que aqui se manteve até meados do século XIX. A arquitetura do Colégio era do tipo conventual, apresentando quatro alas em torno de um claustro e uma igreja do lado norte. As obras posteriores de ampliação da área construída permitiram acolher a [Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade do Porto](#) entre 1803 e 1837 e a Academia Politécnica do Porto entre 1837 e 1911.

O regresso da Reitoria ao edifício do centro histórico da cidade deu-se em 2006. Aqui têm também as suas instalações o Museu de História Natural, o Museu de Ciência, ambos instituídos em 1996, e o fundo iconográfico e bibliográfico da U.Porto intitulado [Fundo Antigo](#).

Neste sítio Web encontra-se reunida a informação pública e a de suporte ao funcionamento interno (exigindo autenticação) da Reitoria. Os contactos gerais estão disponíveis na respetiva [página de entrada](#).

Serão muito bem-vindos os comentários e sugestões que nos queiram encaminhar através dos endereços de contacto, pois irão certamente contribuir para a melhoria dos serviços que prestamos.

Eugénia Matos Fernandes

Gestora de Informação do SIGARRA da Reitoria

REGULAÇÃO

A génese das Ordens Profissionais em Portugal

Durante o liberalismo, a advocacia autonomizara-se do Estado, o seu exercício tornou-se livre, pelo que os advogados começaram a desenvolver esforços no sentido da regulação

TEXTO REBECA RIBEIRO SILVA

As Ordens Profissionais surgiram com o objetivo de regular profissões livres. Ainda que estas atividades profissionais não se desenvolvessem no âmbito da administração estatal, o seu interesse público era inquestionável. Neste sentido, “as Ordens Profissionais estabeleceram condições para o acesso, níveis de pertença e de qualificação interna, elaboraram códigos deontológicos, estruturaram órgãos de gestão e de formação dos seus membros, organizaram procedimentos disciplinares e assumiram poderes sancionatórios com influência sobre a integração na instituição e, principalmente, a função social (prática profissional)” ¹.

UMA ADVOCACIA AUTÓNOMA DO ESTADO

O conceito de Ordem Profissional como o conhecemos hoje tem a sua génese nas revoluções liberais que vieram alterar

a forma como se organizavam as profissões, uma vez que as corporações de mesteres medievais deixaram de existir e de exercer a função reguladora de acesso às profissões. São emblemáticas desta transformação a medicina e

NUMA PRIMEIRA
FASE, A OA ESTEVE
INSTITUCIONALMENTE
CONDICIONADA, DADA
A TUTELA QUE O
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
EXERCIA SOBRE ELA EM
MUITOS ASPETOS

a advocacia, em que houve um distanciamento do próprio Estado. Progressivamente, foram sendo implementados sistemas de regulação, marcados pela intervenção dos próprios profissionais ².

No período da monarquia constitucional, durante o liberalismo, a advocacia autonomizara-se do Estado, sendo exercida livremente, pelo que os advogados começaram a desenvolver esforços no sentido da regulação, à semelhança do que se passava noutros países europeus ³. As primeiras manifestações deste desejo datam do início dos anos 30.

A história da Ordem dos Advogados Portugueses remonta à primeira metade do século XIX, com a fundação da Associação dos Advogados de Lisboa, com estatutos de 1838. A transição para uma verdadeira Ordem estava ainda longe de ser alcançada.

Ná década de 50, Francisco da Silva Ferrão estudou a administração da Justiça pela Europa, tendo no seu relatório proposto as bases para a criação da OA. Em 1873, uma comissão da Associação dos Advogados de Lisboa trabalharia na proposta de um novo projeto. Em 1880 é apresentado à Câmara dos Deputados,



1.º BASTONÁRIO VICENTE RODRIGUES MONTEIRO rodeado de alguns dos seus colegas, entre os quais os advogados Artur Morais de Carvalho, Victor dos Santos, Gaspar Monteiro, Domingos Pinto Coelho, Fernando M. Carvalho e José de Magalhães

por Francisco Veiga Beirão, um projeto de lei que criava a OA e cuja reivindicação chegava ao poder legislativo ⁴.

Todos os projetos apresentados já continham muitas das características que hoje reconhecemos nas modernas Ordens Profissionais. Estas deviam representar e defender a profissão, apostar na formação e informação dos seus membros, regular o acesso, o exercício e a disciplina da profissão. As principais diferenças residiam na nomenclatura e equilíbrio dos órgãos internos ⁵.

A OA É CRIADA EM 1926

Ao longo da I República foram vários os projetos que chegaram à Câmara dos Deputados, em proposta de organização judiciária ou concretamente para a criação da OA. Inclusive durante o consulado sidonista, em maio de 1918, a Associação dos Advogados de Lisboa foi chamada pelo governo a criar um plano para a criação da OA. O presidente da

Associação, Vicente Rodrigues Monteiro, que viria a ser o primeiro Bastonário da Ordem dos Advogados, decidiu envolver no projeto todos os advogados do País, enviando um questionário a todos eles, onde solicitava um parecer sobre a criação desta nova instituição ⁶.

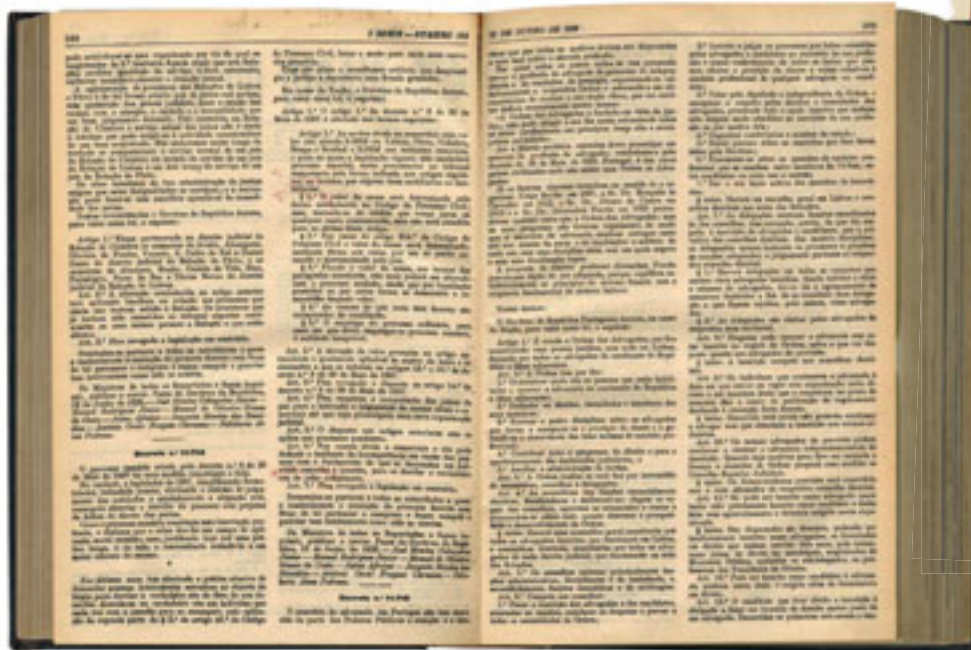
O modelo presidencialista de Sidónio Pais contemplava um executivo composto por secretários de Estado, e no Senado estaria um representante da Associação dos Advogados de Lisboa, da Associação dos Médicos Portugueses e da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses, eleitos por uma fórmula corporativa ⁷.

Alguns anos mais tarde, em 1923, António Abranches Ferrão, advogado, professor e político, apresentou à Câmara dos Deputados uma proposta de lei para criar a OA.

É, pois, num período de instabilidade política, duas semanas depois do pronunciamento militar de 28 de maio,

que, em 12 de junho de 1926, é criada a primeira Ordem Profissional em Portugal, a Ordem dos Advogados ⁸. Manuel Rodrigues Júnior era o ministro da Justiça e dos Cultos de então, que se apressara, após a sua tomada de posse, a 3 de junho de 1926, a produzir mais de uma dezena de portarias e decretos. Numa primeira fase, a Ordem esteve institucionalmente condicionada, dada a tutela que o Ministério da Justiça exercia sobre ela em muitos aspetos ⁹.

Devido à falta de definição ideológica que ainda vigorava, em setembro de 1926 é publicado um novo decreto, que revoga e substitui o anterior ¹⁰. Este decreto apresentou-se mais completo, foram especificadas as competências dos órgãos internos e regulado o respetivo funcionamento. Por outro lado, foram definidos os direitos e os deveres dos advogados e o processo de inscrição e conferência mereceu uma maior pormenorização. Já em 1927, a OA foi inserida ►



VICENTE Rodrigues Monteiro,
o primeiro Bastonário da OA

DECRETO n.º 11 715, de 12 de junho de 1926, que cria a Ordem dos Advogados

no Estatuto Judiciário, e os estatutos voltaram a sofrer alterações ¹¹.

MODELOS CORPORATIVOS DO ESTADO NOVO

Foi no período do Estado Novo que engenheiros, médicos e, no final do regime, também farmacêuticos seriam organizados dessa forma.

Note-se que os regimes autoritários visaram organizar a sociedade de forma sistemática e em moldes corporativos. Assim, procuraram “aproveitar as associações profissionais preexistentes e favorecer a criação de novas associações com poderes de autoridade e privilégio de representação exclusiva” ¹². Cada uma das profissões livres tinha sindicatos nacionais, sendo que advogados, médicos e engenheiros podiam adotar a designação de “Ordem” ¹³.

A relação entre estes “sindicatos nacionais das profissões livres” e a organização corporativa não foi pacífica. A Câmara Corporativa, que funcionava desde 1935, e na qual as Ordens tinham assento garantido, teve dificuldade em ter um representante da Ordem dos Advogados. Engenheiros e Médicos apresentaram os seus representantes desde a criação das respetivas Ordens e a OA veio a designar o seu primeiro procurador apenas em 1954. Esta demora ficou a

EM 1989, O TC VIRIA A DECLARAR QUE NÃO ERA INCONSTITUCIONAL NEM A INSCRIÇÃO OBRIGATÓRIA NEM A COBRANÇA DE QUOTAS POR PARTE DA OA, PELO CONTRÁRIO, ERAM FUNDAMENTAIS

dever-se à tentativa do regime, logo em 1935, de integrar a OA no sistema corporativo, quando, por exemplo, tentou que a eleição dos corpos gerentes da OA ficasse sujeita à confirmação pelo subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social. Perante os protestos da OA, o governo acabou por recuar ¹⁴.

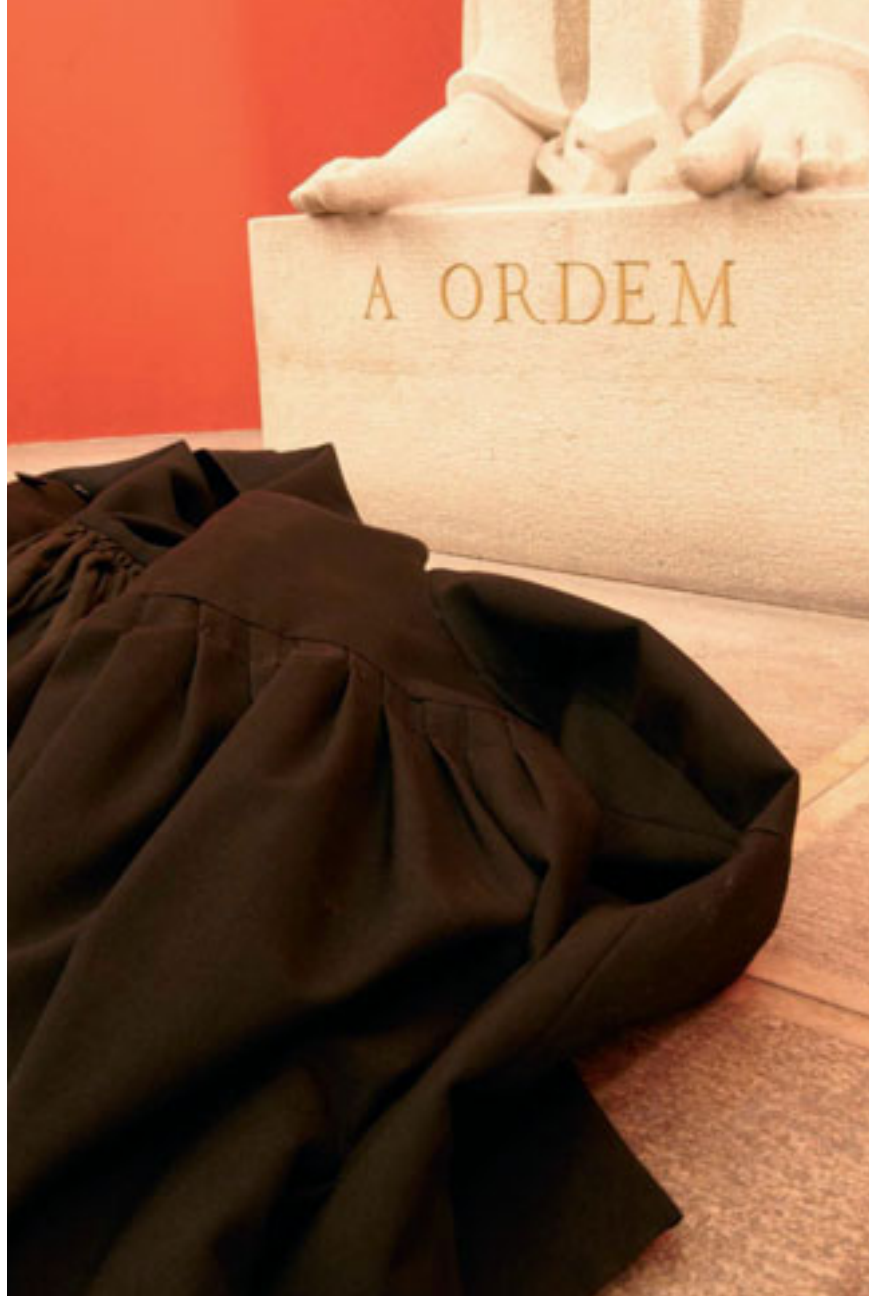
Com Marcelo Caetano, em junho de 1969, ocorrem modificações na legislação sindical, pelo que no quadro da organização corporativa passou a ser possível os sindicatos requererem a designação de “Ordens”, desde que representassem profissões de “interesse geral relevante”, que implicassem a produção de códigos deontológicos específicos, uma estrutura disciplinar autónoma e obrigassem a preparação universitária ¹⁵. Note-se que este último ponto estabelecia a distinção entre “câmara” e “Ordem”: só as profissões que obrigassem ao nível universitário podiam designar-se Ordens. Todas as propostas passariam pelo crivo do Conselho Corporativo.

INSCRIÇÃO OBRIGATÓRIA

A implementação da democracia trouxe o debate e chegou a pôr em causa o funcionamento das Ordens Profissionais. Em 1982, foi intentada uma ação contra a OA no Tribunal Cível de Lisboa (14.º Juízo), tendo a OA sido condenada na 1.ª instância, no sentido em que a inscrição na Ordem dos Advogados e o pagamento da quotização não eram obrigatórios para o exercício da advocacia. Só em 1989 o Tribunal Constitucional viria a clarificar esta questão e a declarar que não era inconstitucional nem a inscrição obrigatória nem a cobrança de quotas por parte da OA, pelo contrário, eram fundamentais ¹⁶.

A partir de 1998 generalizou-se a designação de “Ordem” quer para associações públicas profissionais já existentes ou criadas de raiz ¹⁷.

Atualmente, existem e funcionam em Portugal a Ordem dos Advogados, Arquitetos, Câmara dos Solicitadores, Biólogos, Economistas, Enfermeiros,



Engenheiros, Farmacêuticos, Médicos, Médicos Dentistas, Médicos Veterinários, Notários e Revisores Oficiais de Contas e Psicólogos.

Importa salientar a existência do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP)¹⁸, uma associação representativa das profissões liberais regulamentadas. O CNOP tem por fins defender os valores éticos e deontológicos destas profissões liberais, bem como as suas características e interesses; criar e coordenar os meios de atuação destinados a fortalecer, promover e divulgar as mesmas, bem como promover o seu aperfeiçoamento; representar o conjunto das profissões dela participantes junto dos organismos públicos e privados e das organizações nacionais e internacionais, e desenvolver e articular os organismos reguladores profissionais tendentes à melhoria efetiva da autorregulação e da qualidade do exercício dos poderes delegados pelo Estado.

A existência de códigos deontológicos tem junto da sociedade um papel de destaque, uma vez que a capacidade de o fazer cumprir e respeitar por parte dos associados representa uma garantia institucional perante a própria sociedade. O prestígio social de que as Ordens beneficiam é inseparável do poder que o Estado lhes atribuiu¹⁹. ■

¹ Nuno Estêvão "As Ordens Profissionais em Portugal", pp. 209 a 229. In Brotéria - Cristianismo e Cultura, vol. 162, n.º 1-2, Braga: Brotéria, 2006, p. 228.

² Vital Moreira, Auto-Regulação Profissional e Administração Pública, Coimbra: Almedina, 1997, pp. 181 - 287.

³ Em França, já no século XVIII a Ordem dos Advogados manifestava a sua independência do poder político ao intervir livremente nos grandes debates que agitavam a sociedade francesa antes da Revolução. "Un peu d'histoire", In <http://www.avocatparis.org>.

⁴ Nuno Estêvão, Idem, p. 212.

⁵ Nuno Estêvão, Idem, p. 214.

⁶ Alberto Sousa Lamy, A Ordem dos Advogados Portugueses, Lisboa: Ordem dos Advogados, 1984, p. 23.

O autor selecionou três das 11 perguntas que integraram o questionário, e que agora reproduzimos pela pertinência da natureza das mesmas. "1.ª Concorde o colega, em princípio, na conveniência de se organizar a Ordem dos Advogados para reger as relações dos membros da classe e dela com a magistratura, a fim de bem servir a causa pública, prestando concurso à administração da Justiça e à observância da lei?; 2.ª Ou, ao contrário, ocorreu-lhe objeções que façam preferir outra organização e qual a tese?; 3.ª Deverá ser ressalvado o direito de os atuais advogados continuarem a exercer a profissão independentes da Ordem, ou considera o colega conveniente que esta forma de organização seja para todos e desde logo obrigatória?"

⁷ Nuno Estêvão, Idem, p. 216.

⁸ A Ordem dos Advogados foi criada pelo Decreto n.º 11 715, de 12 de junho de 1926.

⁹ Adalberto Alves, História Breve da Advocacia em Portugal, Porto: CTT Correios de Portugal, 2003, p. 152.

¹⁰ É o Decreto n.º 12 334, de 18 de setembro de 1926, que vem remodelar o anterior. Alberto Sousa Lamy, Idem, p. 27.

¹¹ Estatuto Judiciário - Decreto-Lei n.º 13 809, de 22 de Junho de 1927.

¹² Jorge Miranda, "Ordem Profissional". In Dicionário Jurídico da Administração Pública, 1994, p. 229.

¹³ Nuno Estêvão, Idem, p. 218.

¹⁴ Nuno Estêvão, Idem, p. 220.

¹⁵ Nuno Estêvão, Idem, p. 220.

¹⁶ Transcrevemos dois excertos do acórdão que clarificam os dois pontos da questão: "Não pode recusar-se que, pela sua mesma natureza, e pela sua direta inserção no 'processo' social e institucional da realização de tal código. "Na imposição de quotização aos membros duma associação pública não vai uma exigência excessiva (designadamente enquanto vista como limite ou restrição ao livre exercício duma profissão, e confrontada com o princípio constitucional da livre escolha de trabalho), tal solução mostra-se mesmo adequada e necessária à realização do objetivo pretendido pelo Estado ao instituir a associação em causa e ao delegar nela o prosseguimento de certos fins que doutro modo teria de assegurar diretamente." DR, II série, de 01.02.1990 - Acórdão n.º 497/89, do Tribunal Constitucional.

¹⁷ Nuno Estêvão, Idem, p. 225.

¹⁸ O CNOP continua a personalidade jurídica e os fins do Conselho Nacional das Profissões Liberais-CNPL, constituído por escritura pública de 5 de abril de 1989, outorgada pelas seguintes entidades: Ordem dos Advogados; Ordem dos Engenheiros; Ordem dos Médicos; Ordem dos Farmacêuticos; Associação dos Arquitetos Portugueses; Associação Portuguesa de Economistas; Câmara dos Solicitadores e Sociedade Portuguesa de Ciências Veterinárias. "Estatutos do Conselho Nacional das Ordens Profissionais". In http://www.cnop.pt/cnop_estatutos.html.

¹⁹ Nuno Estêvão, Idem, p. 229.

Lei Orgânica da Provedoria de Justiça

Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto

(alterado pelo Decreto-Lei n.º 15/98, de 29 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 195/2001, de 27 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de junho)

A Lei n.º 9/91, de 9 de abril, aprovada por unanimidade aos 4 de fevereiro de 1991, procedeu à aprovação do novo estatuto do provedor de Justiça, que qualificou como órgão do Estado independente e unipessoal, cuja função principal é a defesa e promoção dos direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos dos cidadãos.

Na sequência da aprovação da Lei n.º 9/91, importa agora adaptar a estrutura orgânica da Provedoria de Justiça, por forma a proporcionar um apoio técnico e administrativo necessário à adequada realização das competências do provedor de Justiça.

Pretende, assim, o Governo proporcionar, não de um ponto de vista formal, mas sobretudo material, todos os meios necessários à defesa dos direitos, liberdades e garantias que assistem aos cidadãos e de que o provedor é, por excelência, uma tutela efetiva.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Natureza e atribuições

Artigo 1.º

Objetivos

A Provedoria de Justiça tem por finalidade prestar o apoio técnico e administrativo necessário à realização das atribuições do provedor de Justiça definidas no respetivo estatuto.

Artigo 2.º

Natureza da instituição e conselho administrativo

- 1 – A Provedoria de Justiça goza de autonomia administrativa e financeira.
- 2 – A gestão financeira da Provedoria de Justiça é assegurada por um conselho administrativo.

Artigo 3.º

Provedores-adjuntos

- 1 – Os provedores-adjuntos são nomeados em comissão de serviço e auferem remuneração correspondente a 80% da remuneração base e das despesas de representação do provedor de Justiça.
- 2 – A investidura no cargo de provedor-adjunto faculta a opção pelo estatuto remuneratório do lugar de origem, mas por forma global.

Artigo 4.º

Secretário-Geral

- 1 – O secretário-geral é o órgão de gestão da Provedoria de Justiça, superintendendo e coordenando os serviços de acordo com as orientações definidas pelo provedor de Justiça, no exercício das competências que a lei lhe atribui ou que pelo provedor lhe forem delegadas.
- 2 – Compete, em especial, ao secretário-geral:
 - a) Elaborar o projeto de proposta de orçamento;
 - b) Coordenar a preparação do relatório anual, em conformidade com as orientações recebidas do provedor de Justiça;
 - c) Distribuir o pessoal pelos diferentes serviços.
- 3 – O secretário-geral é nomeado pelo Primeiro-Ministro, por proposta do provedor de Justiça, sendo equiparado, para todos os efeitos legais, a diretor-geral.

CAPÍTULO II

Estrutura e competência dos serviços

Artigo 5.º

Serviços da Provedoria de Justiça

1 — São serviços da Provedoria de Justiça a Assessoria e a Direção de Serviços de Apoio Técnico e Administrativo.

2 — A Provedoria de Justiça dispõe de extensões nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Artigo 6.º

Assessoria

1 — A Assessoria tem por função coadjuvar o provedor de Justiça no exercício das suas funções específicas.

2 — A Assessoria é constituída por coordenadores e assessores do provedor de Justiça.

Artigo 7.º

Competência dos coordenadores

Os coordenadores coadjuvam o provedor de Justiça cabendo-lhes, em especial, por determinação e sob orientação deste:

- a) Dirigir a atividade da Assessoria;
- b) Distribuir os processos, dirigir e acompanhar a respetiva instrução;
- c) Estabelecer com os organismos da Administração Pública e das entidades congéneres, nacionais, estrangeiras e internacionais as relações necessárias à instrução dos processos;
- d) Submeter a despacho as propostas finais para a resolução dos processos;
- e) Realizar as visitas referidas na alínea a) do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 9/91, de 9 de abril;

- f) Exercer as demais funções definidas na lei.

Artigo 8.º

Competência dos assessores

Os assessores coadjuvam o provedor de Justiça, cabendo-lhes, em especial, por determinação e sob orientação deste:

- a) Instruir os processos abertos com base em queixas dos cidadãos ou por iniciativa do provedor de Justiça;
- b) Apreciar as provas e demais elementos processuais e elaborar as propostas de resolução dos processos;
- c) Elaborar os projetos de recomendação, de reparo e de outros despachos relativos aos processos;
- d) Realizar os estudos e pareceres respeitantes aos pedidos de declaração de inconstitucionalidade;
- e) Realizar as visitas referidas na alínea a) do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 9/91, de 9 de abril;
- f) Emitir pareceres, a solicitação do provedor de Justiça, sobre questões de carácter geral e do funcionamento da Provedoria;
- g) Exercer as demais funções definidas na lei.

Artigo 9.º

Garantia de autoridade

1 – No exercício das suas funções, os coordenadores e assessores são considerados autoridades públicas, inclusive para efeitos penais.

2 – Os referidos funcionários ou agentes têm direito a receber auxílio de todas as autoridades ou seus agentes para o desempenho das missões de que se encontram incumbidos.

3 – Os coordenadores e assessores devem, no exercício das suas funções, proceder à recolha de informações ou esclarecimentos, examinar processos ou documentos e inquirir quaisquer pessoas.

Artigo 10.º

Competência da Direção de Serviços de Apoio Técnico e Administrativo

A Direção de Serviços de Apoio Técnico e Administrativo assegura o apoio técnico e administrativo ao provedor de Justiça e seu gabinete e à Provedoria de Justiça, em geral, competindo-lhe especialmente:

- a) A recolha, tratamento e difusão de informação documental e técnica;
- b) A coordenação e tratamento do sistema informativo;
- c) A preparação e execução do orçamento;
- d) A execução das operações contabilísticas;
- e) A orientação e fiscalização da tesouraria;
- f) A gestão e manutenção das instalações, equipamento e parque automóvel;
- g) O aprovisionamento de bens e a aquisição de serviços;
- h) A gestão dos recursos humanos e materiais.

Artigo 11.º

Estrutura da Direção de Serviços de Apoio Técnico e Administrativo

1 – A Direção de Serviços de Apoio Técnico e Administrativo compreende:

- a) A Divisão de Documentação;
- b) A Divisão de Informação e Relações Públicas;
- c) A Divisão de Informática;
- d) A Repartição Administrativa.

2 – A Repartição Administrativa é constituída pelas seguintes secções:

- a) De Contabilidade, Património e Económico;
- b) De Pessoal, Expediente Geral e Arquivo;
- c) De Processos;
- d) De apoio à Assessoria de cada uma das extensões a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º.

Artigo 12.º

Divisão de Documentação

À Divisão de Documentação compete, em especial:

- a) Definir, organizar e orientar tecnicamente o sistema de documentação científica e técnica;
- b) Programar e coordenar a venda, a aquisição e a permuta de publicações;
- c) Assegurar o tratamento de dados bibliográficos e documentais, relativamente a todas as publicações recebidas na Provedoria de Justiça, e promover a sua difusão, assim como manter atualizados os ficheiros de legislação, jurisprudência e outra documentação jurídica;
- d) Garantir o funcionamento da biblioteca;
- e) Apoiar todos os serviços da Provedoria em matéria de documentação;
- f) Planificar e promover a edição de publicações.

Artigo 13.º

Divisão de Informação e Relações Públicas

À Divisão de Informação e Relações Públicas compete, em especial:

- a) Atender os cidadãos que se dirigem à Provedoria de Justiça;
- b) Assegurar o serviço informativo dos reclamantes e do público em geral;
- c) Recolher, analisar, tratar, arquivar e divulgar a informação produzida pelos órgãos de comunicação social referente à atividade do provedor de Justiça ou da Provedoria e outra de manifesto interesse para a prossecução das suas atribuições.
- d) Assegurar os contactos com os órgãos de comunicação social, acompanhando a preparação e difusão dos materiais destinados a publicação;
- e) Prestar apoio aos órgãos de comunicação social nos termos definidos pelo provedor de Justiça;
- f) Organizar e promover a divulgação de publicações com interesse para o cidadão;
- g) Assegurar, sempre que necessário, a tradução de documentos e a retroversão de correspondência para línguas estrangeiras.

Artigo 14.º

Divisão de Informática

Compete à Divisão de Informática, em especial:

- a) Executar o plano de informatização da Provedoria de Justiça;
- b) Assegurar o funcionamento dos meios informáticos adotados e garantir a otimização da sua utilização;
- c) Detetar as novas necessidades em meios informáticos e fazer as respetivas propostas de aquisição;
- d) Proceder à prospeção, recolha, tratamento e difusão de elementos informativos de índole quantitativa.

Artigo 15.º

Repartição Administrativa

1 – A Repartição Administrativa assegura, através das secções referidas no artigo 11.º, todas as funções de carácter administrativo, financeiro e patrimonial.

2 – Ao chefe de repartição compete executar todas as tarefas que por lei lhe sejam expressamente cometidas ou que decorram do normal desempenho do cargo e, em especial, as seguintes:

- a) Chefiar e coordenar a atividade desenvolvida pelos chefes de secção;
- b) Assegurar a distribuição do pessoal administrativo e auxiliar pelas diferentes secções;
- c) Assinar a correspondência da repartição que não careça de o ser pelo director de serviços.

3 – O chefe de repartição é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo chefe de secção que for designado pelo provedor de Justiça e, na ausência daquele, pelo mais antigo.

Artigo 16.º

Secção de Contabilidade, Património e Económico

À Secção de Contabilidade, Património e Económico compete, em especial:

- a) Efetuar todas as operações relativas à contabilidade da Provedoria de Justiça;

- b) Elaborar a proposta de orçamento anual e executar o processamento, a escrituração, a liquidação e o pagamento das despesas orçamentais;
- c) Elaborar propostas de transferência e divisões de verbas a realizar no orçamento da Provedoria de Justiça;
- d) Organizar e manter atualizado o inventário do equipamento mobiliário;
- e) Assegurar o apetrechamento dos serviços da Provedoria de Justiça, bem como organizar os processos de concurso público ou limitado, ou de ajuste direto com vista às necessárias aquisições de material e equipamento;
- f) Organizar a conta de gerência relativa às despesas do ano anterior;
- g) Providenciar, acompanhar e verificar a segurança e o asseio das instalações e equipamentos.

Artigo 17.º

Secção de Pessoal, Expediente Geral e Arquivo

À Secção de Pessoal, Expediente Geral e Arquivo compete, em especial:

- a) Executar todos os atos necessários à administração e gestão do pessoal;
- b) Organizar e manter atualizado o registo biográfico e disciplinar dos funcionários dos serviços da Provedoria de Justiça;
- c) Coordenar a atividade do pessoal auxiliar;
- d) Assegurar o registo, tramitação e arquivo do expediente geral;
- e) Assegurar o serviço de reprografia;
- f) Processar os vencimentos e demais abonos e prestações sociais ao pessoal.

Artigo 18.º

Secção de Processos

À Secção de Processos compete, em especial:

- a) Organizar, classificar e assegurar a tramitação dos processos abertos na Provedoria de Justiça;
- b) Registar a entrada de todos os documentos respeitantes aos processos referidos na alínea anterior;

- c) Assegurar a manutenção e expediente de todos os processos;
- d) Organizar e manter atualizado o arquivo dos processos;
- e) Assegurar todo o trabalho datilográfico relativo aos processos;
- f) Efetuar o registo informático dos processos.

CAPITULO III

Gestão financeira

Artigo 19.º

Competência do conselho administrativo

Compete ao conselho administrativo a gestão financeira da Provedoria de Justiça e, em especial:

- a) Dar parecer sobre o orçamento anual e os orçamentos suplementares;
- b) Dar parecer sobre a legalidade das despesas, quando o provedor de Justiça assim o entender;
- c) Fiscalizar a execução dos orçamentos;
- d) Fiscalizar a contabilidade, sendo da sua responsabilidade as respetivas contas;
- e) Dar parecer e submeter à apreciação do Tribunal de Contas a conta de gerência referente às despesas efetuadas até 31 de dezembro do ano anterior;
- f) Elaborar e aprovar o respetivo regulamento interno.

Artigo 20.º

Composição do conselho administrativo

1 – O conselho administrativo tem a seguinte composição:

- a) O provedor de Justiça, que preside;
- b) O secretário-geral;
- c) O diretor de serviços de Apoio Técnico e Administrativo;
- d) O chefe de secção de Contabilidade, Património e Económico;
- e) Um delegado da Direção-Geral da Contabilidade Pública, designado pelo Ministro das Finanças.

2 – O conselho administrativo é secretariado por quem, para o efeito, for designado pelo provedor de Justiça.

Artigo 21.º

Receitas da Provedoria de Justiça

Constituem receitas da Provedoria de Justiça:

- a) As respetivas dotações do Orçamento do Estado;
- b) O saldo de gerência do ano anterior;
- c) Quaisquer outras receitas que lhe sejam atribuídas por lei, contrato ou outro título.

Artigo 22.º

Encargos da Provedoria

Constituem encargos da Provedoria de Justiça as despesas a realizar com a sua instalação e funcionamento e quaisquer outras que sejam necessárias para assegurar a realização das suas atribuições.

Artigo 23.º

Orçamento da Provedoria

1 – As receitas e despesas da Provedoria de Justiça constarão de orçamento anual, cuja dotação será inscrita no orçamento da Assembleia da República.

2 – A proposta do orçamento anual e as das alterações orçamentais serão aprovadas pelo provedor de Justiça.

Artigo 24.º

Autorização de despesas

1 – O provedor de Justiça tem competência idêntica à de ministro para efeitos de autorização de despesas.

2 – O provedor de Justiça pode delegar diretamente no secretário-geral a competência referida no número anterior.

3 – Na ausência ou impedimento prolongados do provedor, bem como no caso previsto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 9/91, de 9 de abril, a autorização referida no n.º 1 compete ao provedor-adjunto com mais tempo de exercício de funções ou, no caso de não ser possível, ao outro.

4 – O provedor de Justiça poderá, mediante despacho, ordenar a constituição de um fundo permanente para ocorrer a encargos com despesas correntes inadiáveis, o qual não poderá exceder um duodécimo da dotação orçamental.

5 – O fundo permanente previsto no número anterior é movimentado pelo secretário-geral.

Artigo 25.º

Assinatura de documentos

1 – Todos os documentos relativos a levantamento de fundos, recebimentos e pagamentos conterão obrigatoriamente duas assinaturas.

2 – Sem prejuízo das respetivas delegações, uma das assinaturas será a do provedor de Justiça, ou a de um dos provedores-adjuntos nos termos do n.º 3 do artigo anterior, e a outra a do secretário-geral, ou, na falta deste, a do diretor de Serviços de Apoio Técnico e Administrativo.

Artigo 26.º

Remuneração ao delegado

O membro do conselho administrativo referido no artigo 20.º, n.º 1, alínea e), terá direito, por cada sessão, a um suplemento de montante a fixar por despacho do provedor de Justiça.

CAPÍTULO IV

Do pessoal

Artigo 27.º

Pessoal

1 – A Provedoria de Justiça dispõe do pessoal constante do quadro anexo ao presente diploma.

2 - Podem ainda prestar colaboração na Provedoria de Justiça especialistas, nomeados por despacho do provedor de Justiça, nos termos estabelecidos para o efeito pela legislação respeitante aos gabinetes dos membros do Governo.

3 - O número de especialistas nomeados nos termos do número anterior não pode ser superior a três.

Artigo 28.º

Coordenadores e assessores

1 – Os coordenadores e assessores são recrutados, por livre escolha do provedor de Justiça, de entre licenciados com curso superior adequado e são providos em comissão de serviço.

2 – A comissão de serviço referida no número anterior findará:

- a) Automaticamente, 60 dias após a tomada de posse de novo provedor de Justiça, podendo este, até esse momento, dá-la por finda;
- b) Por despacho do provedor de Justiça, a todo o tempo;
- c) Por requerimento do interessado, com a antecedência mínima de 30 dias.

3 – No caso previsto na alínea b) do número anterior, será devida durante dois meses compensação igual à perda sofrida no rendimento líquido do trabalho, sem prejuízo de outros abonos legalmente devidos.

4 – A nomeação a que se refere o presente artigo entende-se sempre feita por urgente conveniência de serviço e não confere, por si só, vínculo à função pública.

5 – Quando a escolha recair sobre magistrados ou funcionários, poderão os nomeados optar pelo estatuto remuneratório do lugar de origem, considerando-se, para todos os efeitos, como aí prestado o tempo de serviço contado no exercício dos cargos de coordenador e assessor, não podendo ainda os seus titulares ser prejudicados em quaisquer direitos, designadamente no que respeita a promoção e progressão nas respetivas carreiras, regalias sociais ou outras, pelo não exercício de atividade naquele lugar.

6 - Aos coordenadores e assessores aplica-se o regime dos agentes administrativos, salvo para efeitos de oposição a concursos de ingresso.

Artigo 29.º

Isenção de horário de trabalho

1 – Os coordenadores e assessores do provedor de Justiça exercem as suas funções em regime de isenção de horário de trabalho.

2 – A isenção de horário não dispensa a observância do dever geral de assiduidade nem o cumprimento da duração semanal de trabalho legalmente estabelecida.

Artigo 30.º

Remunerações de coordenadores e assessores

1 – O cargo de coordenador é equiparado a diretor-geral para efeitos remuneratórios e de perceção de suplemento mensal de despesas de representação, sem prejuízo da opção pela remuneração do lugar de origem.

2 – A remuneração base mensal dos assessores nomeados nos termos do artigo 28.º corresponde ao índice 900 da escala salarial do regime geral da função pública, sem prejuízo da opção pela remuneração do lugar de origem.

3 - Os assessores designados para chefiar as extensões das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respetivamente, têm direito a um suplemento mensal de despesas de representação de valor igual ao atribuído aos subdiretores-gerais.

Artigo 31.º

Estatuto do pessoal

1 – Ao pessoal da Provedoria de Justiça aplica-se o regime geral vigente para a função pública, em tudo o que não estiver especialmente regulado no presente diploma e no estatuto do provedor.

2 – O exercício de funções como coordenador ou assessor suspende os prazos para a apresentação de relatórios ou prestação de provas para a carreira docente do ensino superior ou para a carreira de investigação científica.

3 – Para efeitos de ingresso na função pública, o exercício de funções como coordenador ou assessor suspende o início do respetivo estágio.

4 – O disposto no número anterior só é aplicável a concursos de ingresso em que o número de vagas a prover seja suficiente para todos os candidatos admitidos ao estágio.

5 – Os assessores, bem como quaisquer outros funcionários ou agentes, que sejam destacados para exercer funções nas Regiões Autónomas e não tenham aí habitação própria ou arrendada têm direito ao abono de um suplemento mensal de residência, de montante igual ao que vigorar, respetivamente, para os magistrados e funcionários judiciais.

6 – Aos motoristas e auxiliares administrativos afetos ao gabinete do provedor de Justiça é aplicável o regime previsto para idêntico pessoal que presta serviço nos gabinetes ministeriais.

7 - Ao pessoal afeto à Direção de Serviços de Apoio Técnico e Administrativo, tendo em conta as necessidades do serviço, pode ser autorizada a aplicação de regime de tempo completo prolongado de quarenta horas semanais.

8 - O regime previsto no número anterior não se aplica ao pessoal dirigente, aos funcionários de justiça e aos motoristas e auxiliares administrativos afetos ao gabinete do provedor de Justiça.

Artigo 31.º-A

Regime de tempo completo prolongado

1 - Ao trabalho prestado em regime de tempo completo prolongado corresponde um acréscimo remuneratório de 12,5% do respetivo índice salarial, sobre o qual são efetuados descontos para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro.

2 - O acréscimo remuneratório previsto no número anterior só é devido em situação de prestação efetiva de trabalho.

3 - Para efeitos do disposto no número anterior, as situações de faltas e licenças não são consideradas prestação efetiva de trabalho.

4 - A afetação a este regime depende de declaração escrita do funcionário, manifestando a sua disponibilidade para o efeito.

5 - Este regime poderá ser retirado com fundamento em deficiente cumprimento das obrigações do funcionário, se houver modificação na sua situação funcional ou se cessarem as necessidades que o determinaram, observando-se o prazo de 60 dias.

6 - Os funcionários podem renunciar ao regime de tempo completo prolongado com pré-aviso de 60 dias.

Artigo 31.º-B

Contribuição para a Caixa Geral de Aposentações

Relativamente aos subscritores da Caixa Geral de Aposentações, a Provedoria de Justiça contribuirá para o financiamento da mesma Caixa com uma importância mensal de montante igual ao das quotas pagas por esses subscritores, a qual terá de ser entregue no prazo referido no n.º 3 do artigo 7.º do Estatuto da Aposentação.

Artigo 32.º

Operadores de reprografia

O recrutamento para a categoria de operador de reprografia é feito de entre pessoas habilitadas com a escolaridade obrigatória, processando-se a progressão na respetiva escala indiciária nos termos definidos na lei para as carreiras horizontais.

Artigo 33.º

Serviços sociais

1 – O pessoal da Provedoria de Justiça, assim como o provedor e os provedores-adjuntos, quando for caso disso, são beneficiários dos serviços sociais do pessoal da Assembleia da República.

2 – O pessoal requisitado ou em comissão de serviço pode optar pelos serviços sociais do departamento de origem.

Artigo 34.º

Cartões de Identificação

O provedor de Justiça aprovará, por despacho, os modelos do cartão de identificação de coordenadores e assessores, bem como o do restante pessoal em serviço na Provedoria de Justiça, incluindo o do seu gabinete.

Artigo 35.º

Requisição e destacamento

1 - A requisição e o destacamento de funcionários e agentes para o exercício de funções na Provedoria de Justiça efetua-se nos termos da lei geral.

2 - Quando se trate de provimento em lugares da assessoria, será aplicável o regime previsto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho.

Artigo 36.º

Regras de transição

1 – O pessoal do quadro do Serviço do Provedor de Justiça transita para o quadro da Provedoria de Justiça anexo a este diploma, de acordo com as seguintes regras:

- a) Para a mesma carreira e categoria que o funcionário já possui;
- b) Com observância das habilitações literárias, para a carreira e categoria que integre as funções que o funcionário efetivamente desempenhe, em escalão a que corresponda o mesmo índice remuneratório, ou, quando se não verifique coincidência de índice, em escalão a que corresponda o índice superior mais aproximado na estrutura da carreira para que se processe a transição.

2 – A correspondência referida na alínea b) do número anterior fixa-se entre os índices remuneratórios definidos para o escalão 1 da categoria em que o funcionário se encontra e o escalão 1 da categoria da nova carreira.

3 – Aos funcionários que, nos termos da alínea b) do n.º 1, transitem para categoria diversa será contado, nesta última, para todos os efeitos legais, o tempo de serviço prestado na anterior.

4 – A transição para os lugares do quadro da Provedoria de Justiça faz-se por despacho do provedor de Justiça, independentemente de quaisquer outras formalidades.

5 – Excetua-se do disposto no número anterior a transição do pessoal previsto na alínea b) do n.º 1, a qual se opera nos termos da lei geral.

Artigo 37.º

Provimentos atuais

1 – Os lugares do quadro de pessoal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 314/88, de 8 de setembro, na parte respeitante ao grupo aí designado como pessoal técnico superior da área funcional da assessoria do provedor de Justiça, serão extintos à medida que vagarem.

2 – Mantém-se em vigor o Decreto Regulamentar n.º 36/90, de 27 de novembro, com exceção do seu artigo 1.º, até à total extinção dos lugares do quadro a que se refere o número anterior.

3 – Os atuais assessores e assessores principais, providos mediante nomeação definitiva, mantêm esta situação no quadro referido no n.º 1.

Artigo 38.º

Norma revogatória

São revogados a Lei n.º 10/78, de 2 de março, o Decreto-Lei n.º 314/88, de 8 de setembro, o artigo 1.º do Decreto Regulamentar n.º 36/90, de 27 de novembro, e a Portaria n.º 73/92, de 5 de fevereiro.

Despacho n.º 72/PRES/ESHTE/2012

No uso da competência que me é atribuída pelo n.º 2 do artigo 44.º dos Estatutos da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE), homologados pelo Despacho Normativo n.º 44/2008, de S. Exa., o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de 21 de agosto de 2008, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 168, de 1 de setembro de 2008, designo como elemento do júri representante da ESHTE no *Concurso PoliEmprende 2012* o docente [REDACTED].

Comunique-se ao elemento ora designado e divulgue-se no sítio da internet da ESHTE.

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril – ESHTE, aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e doze

O Presidente da ESHTE,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "F. J. de Matos Moreira", is written over a horizontal line.

(Prof. Doutor Fernando João de Matos Moreira)

Despacho nº26/GD/2012

No âmbito do SIADAP 3 funciona junto do dirigente máximo uma comissão paritária com competência consultiva para apreciar propostas de avaliação dadas a conhecer aos trabalhadores avaliados antes da homologação como resulta do disposto do art.º 59.º da Lei n.º66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual;

Nestes termos, importa preparar o processo de eleição dos vogais daquela comissão que representa os trabalhadores da DGArtes.

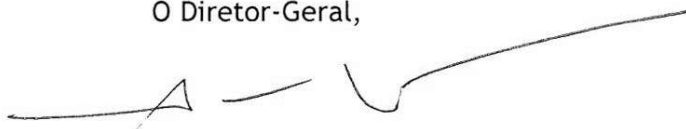
Os referidos vogais serão eleitos, por dois anos, em número de (6) - dois efetivos e quatro suplentes - através de escrutínio secreto a realizar por todos os trabalhadores da DGArtes.

Assim, determino:

1. Os trabalhadores da DGArtes deverão indicar até dia 14 do corrente mês, os membros da mesa de voto, em número de quatro (4), sendo dois efetivos e dois suplentes;
2. Em caso de falta de indicação, os 4 membros da mesa de voto serão designados por meu despacho até 48 horas antes da realização do ato eleitoral;
3. O ato eleitoral realizar-se-á no dia 19 do corrente mês entre as 10:00 e as 12:30 e entre as 14:00 e as 16h30, na sala 23;
4. Os resultados deverão ser comunicados à Direção até dia 17;
5. Os membros da mesa de voto ficam dispensados do exercício dos seus deveres funcionais no dia do ato eleitoral, devendo os restantes trabalhadores exercer o seu direito de voto no período indispensável para o efeito.
6. Deverá publicitar-se o presente despacho na página eletrónica da DGArtes, devendo, igualmente, dar-se conhecimento a todos os trabalhadores.

Direção-Geral das Artes, 12 de dezembro de 2012;

O Diretor-Geral,



Samuel Rego



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

DESPACHO

Na sequência da Resolução da Assembleia da República nº 39/2008, de 29 de Julho de 2008, foi criado, pelo Ministério da Justiça, o “Sistema de Alerta de Rapto de Menores”. O artigo 2º do Protocolo assinado em 29 de Junho de 2009 atribui ao Procurador-Geral da República competência para a decisão de activação do “Sistema de Alerta de Rapto de Menores”.

São também atribuídas ao Procurador-Geral da República competências para:

- Elaboração da mensagem de alerta (artigo 3º nº 1);
- Decisão sobre os meios de difusão da mensagem e sua especificação (artigo 5º nº 1);
- Decisão de renovação do prazo de difusão da mensagem (artigo 13º nº 2);
- Elaboração das mensagens de desactivação do alerta e de localização do menor (artigo 13º nº 5);
- Presidência do Gabinete de Crise (artigo 14º nº 1).

Tais competências, que nos termos constantes do Protocolo são exercidas em colaboração e com a coadjuvação da Polícia Judiciária, constituem meios de operacionalizar o sistema, cujo funcionamento exige agilidade, celeridade, articulação e coordenação de todos os intervenientes.

Em conformidade com aquelas exigências, o artigo 17º do “Sistema de Alerta de Rapto de Menores” prevê a possibilidade de o Procurador-Geral da República delegar noutro magistrado as competências que originariamente lhe foram atribuídas.

Assim:

1- Ao abrigo do artigo 17º do Protocolo, delego as competências atribuídas ao Procurador-Geral da República pelo “Sistema de Alerta de Rapto de Menores” na Senhora Procuradora-Geral Adjunta, Dra. Maria José Capelo Rodrigues Morgado, Directora do Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa, e na Senhora Procuradora da República, Dra. Anabela Augusto de Sá Montez, colocada naquele departamento.

2- O presente despacho produz efeitos desde 12 Outubro de 2012, ficando, por este meio, ratificados os actos entretanto praticados no âmbito das referidas competências.

3- Comunique-se a Sua Excelência a Senhora Ministra da Justiça, ao Senhor Director Nacional da Polícia Judiciária, aos Senhores Procuradores-Gerais Distritais, à Senhora Dra. Maria José Capelo Rodrigues Morgado e à Senhora Dra. Anabela Augusto de Sá Montez.

4- Publique-se no Diário da República.

Publicite-se na Página Web da Procuradoria-Geral da República e no SIMP.

Lisboa, 29 de Outubro de 2012

A Procuradora-Geral da República

Maria Joana Raposo Marques Vidal

© Arquivo

Agenda 2012

Agenda!

[Início](#) > [Arquivo](#) > [Mensagens do Bastonário](#)

MENSAGENS DO BASTONÁRIO



Despacho do Bastonário: exame de aferição

DESPACHO

Tendo sido suscitada a dúvida quanto a obrigatoriedade do pagamento prévio dos emolumentos devidos para realização do exame de aferição por parte dos advogados estagiários, esclareço que de acordo com o estipulado nas disposições regulamentares aplicáveis, só poderá realizar o exame quem tiver efectuado o pagamento dos emolumentos antes da data da sua realização.

Lisboa, 15 de Julho de 2011

O Bastonário
António Marinho e Pinto

Topo 

**BIBLIO~
TECA**
DA ORDEM
DOS
ADVOGADOS

⊕ SAIBA MAIS

CONSELHO
SUPERIOR

⊕ SAIBA MAIS

INSTITUTO
DO ACESSO
AO DIREITO

⊕ SAIBA MAIS